



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — N.º 53

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 9 DE ABRIL DE 1968

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

CALENÁRIO DOS VETOS PRESIDENCIAIS A SEREM APRECIADOS
PELO CONGRESSO NACIONAL

DIA 16 DE ABRIL, AS 21,30 HORAS (TERÇA-FEIRA)

Projeto nº 30-66, no Senado Federal e nº 4.071-66, na Câmara dos Deputados — Autoriza consignação em folha de pagamento a favor da Sociedade Financeira dos Servidores Públicos (FINABRA).

Projeto nº 60-67, no Senado Federal e nº 3.227-65, na Câmara dos Deputados — Estende a entidades de assistência médico-hospitalar o disposto no artigo 5º da Lei nº 1.046 de 2 de janeiro de 1950, que dispõe sobre a consignação em folha de pagamento.

Projeto nº 135-67, no Senado Federal e nº 121-67, na Câmara dos Deputados — Concede aos servidores públicos da União e aos das entidades autárquicas ou paraestatais federais, que lidam com Raios-X ou substâncias radioativas, a aposentadoria facultativa aos 25 anos de serviço e a obrigatória aos 65 anos de idade.

DIA 18 DE ABRIL AS 21,30 HORAS (QUARTA-FEIRA)

Projeto nº 106-67, no Senado Federal e nº 455-67, na Câmara dos Deputados — Dispõe sobre a isenção de tributos incidentes na importação dos bens destinados à construção e obras relacionadas com atividades de infraestrutura.

Projeto nº 80-67, no Senado Federal e nº 112-67, na Câmara dos Deputados — Cria o Serviço Nacional de Bibliotecas Municipais, e dá outras providências.

DIA 25 DE ABRIL, AS 21,30 HORAS (QUINTA-FEIRA)

Projeto nº 58-67, no Senado Federal e nº 1.432-60, na Câmara dos Deputados — Concede isenção, pelo prazo de 1 (um) ano, dos impostos de importação e de consumo para a importação de materiais destinados à fabricação no País, de centrais telefônicas automáticas.

Projeto nº 117-67, no Senado Federal e nº 607-67, na Câmara dos Deputados — Cria 2 (dois) cargos de Juiz Substituto do Trabalho, no Quadro da Justiça do Trabalho da 3ª Região em Belém, Estado do Pará.

Projeto nº 1-68, no Senado Federal e nº 315-67, na Câmara dos Deputados — Cria, na 3ª Região da Justiça do Trabalho, 8 (oito) Juntas de Conciliação e Julgamento, com sede em Belo Horizonte Estado de Minas Gerais.

CALENÁRIO PARA AS DISCUSSÕES DOS PROJETOS DE LEI
EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL

DIA 17 DE ABRIL, AS 21,30 HORAS (QUARTA-FEIRA)

Projeto nº 10-68 (CN) — Dispõe sobre a utilização facultativa dos serviços de despachantes aduaneiros, e dá outras providências.

DIA 23 DE ABRIL, AS 21,30 HORAS (TERÇA-FEIRA)

Projeto nº 11-68 (CN) — Altera a Lei nº 4.767, de 30 de agosto de 1965, Promoção de Militares Veteranos da Segunda Guerra Mundial, licenciados do serviço ativo e incluídos na reserva não remunerada.

DIA 24 DE ABRIL, AS 21,30 HORAS (QUARTA-FEIRA)

Projeto nº 12-68 (CN) — Dispõe sobre o pagamento de dívidas previdenciárias através de imóveis desonerados, e dá outras providências.

ATA DA 40ª SESSÃO, EM 8
DE ABRIL DE 1968

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 63ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. GILBERTO MARINHO.

As 14 horas e 30 minutos encontram-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Gonzaga
Oscar Passos
Alvaro Maia
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Milton Trindade
Luiz da Silveira
Sebastião Archer
Alencar Vilhena
Argemiro de Figueiredo
Pessoa de Queiroz
Josephat Marinho
Carlos Lindenberg
Fúrio Rezende
Aurélio Vianna
Gilberto Marinho
Nogueira da Gama
Lino de Mattos
José Feliciano
Pedro Ludovico

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou nos termos do artigo 45, n.º IV, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 23, DE 1968

Suporta a execução do artigo 5º do Decreto-lei nº 322, de 7 de abril de 1967

Art. 1º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida, em 23 de agosto de 1967, nos autos do Recurso Extraordinário nº 62.439 do Estado de São Paulo, a execução do artigo 5º do Decreto-lei nº 322, de 7 de abril de 1967.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 8 de abril de 1968.

GILBERTO MARINHO
Presidente do Senado Federal

Filinto Müller
Milton Menezes
Guido Mondini
Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 14 Srs. Senadores. Há número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede o teor da ata da sessão anterior que é aprovada sem debates.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Não há expediente a ser lido.

Há vários crachás inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Vianna. (Pausa)
S. Exa. não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Mário Martins. (Pausa)

S. Exa. não está presente.

Tem a palavra o Sr. Arthur Virgílio. (Pausa)

Também S. Exa. não está presente. Tem a palavra o Sr. Senador Milton Trindade.

O SR. MILTON TRINDADE:

(Le o seguinte discurso) — Senhor Presidente, ausente na sessão em que V. Exa. e eminentes Senadores, prestaram a devida homenagem ao grande brasileiro, cumprio hoje, o meu dever como membro da grande família "Associada", trazer a minha palavra de respeito e saudade ao mais extraordinário jornalista empreendedor de todos os tempos: Assis Chateaubriand Bandeira do Mello.

Quero ainda aproveitar esta oportunidade para agradecer a V. Exa. Sr. Presidente e aos demais membros desta Casa, e especialmente aos eminentes Senadores que subscreveram o requerimento do Senador Argemiro de Figueiredo, para tributar as merecidas homenagens a este grande vulto Nacional, homenagens essas, que muito confortaram e sensibilizaram a grande família "Associada".

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHIEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
J. B. DE ALMEIDA CARNEIROCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impressão nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional - BRASÍLIA

Senhor Presidente, Senhores Senadores Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, a quem não seria simples me-
cer se o Brasil lhe processasse os fun-
rais com as honras de Chefe de Es-
tao. Assis Chateaubriand "Diretor-
Presidente Nacional dos Diários, Rá-
dios e Televisões Associados, ou sim-
plesmente, dos "Associados" como ja
nos acostumamos a ser tratados pelo
carinho de todos os nossos leitores, vi-
vintes e telespectadores que são de
Norte a Sul, de Leste a Oeste do
Brasil, milhões de homens e mulhe-
res, nacionais e estrangeiros, a enor-
rarem conosco o desaparecimento fi-
sico deste admirável condutor de ho-
mens e de máquinas. Um líder, Sen-
hor Presidente, Senhores Senadores;
um guia; um Chefe, que não liderou,
não guiou nem chefiou com o efême-
ro prestígio de tantos poderosos — a
prazo fixo. Antes, bem ao contrá-
rio, muito ao contrário, Assis Cha-
teaubriand plantou com as próprias
mãos a semente que seria depois ár-
vore frondosa pela via aérea, e em
ele o primeiro e sempre mais imedia-
to zelador dessa obra impar na Ame-
rica Latina, garantidora ao nosso país
do galardão de possuir a mais vasta,
mais operante e mais prestigiosa e
moderna rede de comunicações que a
América do Sul já conheceu.

Como Superintendente dos Associa-
dos no Estado do Pará, onde tive a
ventura de nascer, que tenho a honra
momentânea de representar nesta
Casa, mas acima de tudo como bra-
sileiro, Senhor Presidente, Senhores
Senadores, devo salientar que a con-
dição marcante da obra de Assis Cha-
teaubriand e esta circunstância alta-
mente significativa: Jornais, Revistas,
Emissoras de Rádio e Televisão bra-
sileiras; material humano brasileiro;
capital brasileiro! Entretanto, apesar
desta marca nitidamente azul-verde,
não são poucos e não menos estima-
veis são os braços e os cérebros que,
nascidos em outros países, se fizeram
brasileiros pelo espírito e pelo co-
ração e conosco ajudaram os Associa-
dos de Assis Chateaubriand, a ven-
cerem os limites patrios e ecoaram
pelo mundo; sem todavia (e aqui o
nosso orgulho máximo) jamais nos
afasarmos, um mínimo que fosse, das
características inarredavelmente bra-
sileiras.

Confiando essa brasilidade sabia
e sem agressividades; Senhores Se-
nadores, aqui está o outro aspecto do-
minante da personalidade de Assis
Chateaubriand: Sertanejo pelo nas-
cimento, fez-se sertanista pela vida in-
teira, tendo como preocupação con-
stante o Nordeste, que todos sabemos
tão sofrido, e onde está a sua "pe-
quena e heróica" Paraíba, e nesta
em seu Umbuzeiro, agora cidade, mas
simples Vilarejo, quando lá nasceu
Francisco de Assis Chateaubriand
Bandeira de Melo, aos 5 de outubro
de 1892. Esse paraibano acompan-
hou-o sempre, desde menino, até
quando, já rapaz, se impunha pelo
talento e pelo trabalho, e até depois,
já homem público consagrado, quan-
do o seu caminho de predestinado
fe-lo enfrentar ou apoiar vultos na-
cionais dos mais destacados: aos 25
anos de idade, o jovem advogado ca-
tedrático de Direito por concurso, As-
sis Chateaubriand chegava ao Rio de
Janeiro, então Capital da República,
para enfrentar, no Supremo Tribunal
Federal, como advogado contrário e
por tantos títulos notável o grande
paraibano Epitácio Pessoa; isso é a
ano de 1917. Depois, na arranca-
civica de 1930, quando ainda não coti-
placava 40 anos de existência, já era
um líder, que aos 21 se fizera reda-
tor-chefe do "Estado de Pernambuco";
e em 1930 Assis Chateaubriand
não teve dúvidas em seguir sua vo-
cação de revolucionário democrático e
jogou a própria sorte aliando-se a
outro notável paraibano João Pa-
ssa, o protomórter da Segunda Repu-
blica. Foi ao Rio Grande do Sul, an-

tes sofrendo detenção em Florianópo-
lis pelas forças governistas, que lhe
aprisionaram o avião, mas conseguin-
do evadir-se com o apoio de outros
jovens líderes da revolução que viria
a triunfar de 3 a 21 de outubro de
1930. Dois anos adiante, eis Assis Cha-
teaubriand enfrentando o caudilho
Chefe da Aliança Liberal, aquele mis-
to de presidente e ditador que Assis
ajudara a galgar a magistratura Su-
prema da Nação, a quem, todavia, re-
tirou o apoio quando o país clamou
pelo restabelecimento da sua Consti-
tuição, em 1932. Esta independência
e coerência de atitudes custou-lhe o
empastelamento e expropriação de "O
Jornal" e um exílio, para que posterior
reconciliação lhe devolvesse o órgão
líder dos "Associados"; reconciliação,
é preciso frisar, porque o próprio Var-
gas se convencerá da ilegalidade do
ato contra o jornal e da injustiça da
sua atitude contra o político.

Dai para além, Senhor Presidente,
Senhores Senadores, minuciar o que
foi a luta ininterrupta de Assis Cha-
teaubriand seria impraticável no pra-
zo de que dispomos, nesta tribuna, e
também porque a palavra autorizada
de outros representantes, nesta Casa e
o necrológio pela imprensa já o fize-
ram, terminarei, portanto, lembrando
que ao pranteado jornalista, advoga-
do, escritor, parlamentar, historiador
e diplomata, nós, da Amazônia, nós,
do Pará, tínhamos como um sabor
fraternal de amazônica e de paraen-
se, tais as lições com o stentário
brasileiro, inclusive pela ascendência
familiar e jornalística: neto, filho e
sobrinho de intelectuais e políticos de
projeção nacional e história; e sou
pal, Francisco Chateaubriand Bandei-
ra de Melo, tem o nome ligado à im-
rensa do meu Estado natal, pois fez
jornalismo pelas colunas do "Jornal
Notícias, então circulando em Belém.
Hoje, Chateaubriand Filho confirma
a existência do seu nome ilustre nas
oficinas do pensamento paraense, de-
ixando A Província do Pará, a Rádio
Marajoara e a TV Marajoara pros-
peros, conceituados e populares, sen-
do de destacar que o órgão-líder dos
Associados no Pará, A Província do
Pará, é um dos jornais mais antigos
do Brasil, fundado em 1876 e, por con-
senso unânime, tido como um dos
mais avançados e bem feitos para a
época, sendo seus repórteres e redato-
res e colaboradores muitos nomes que
iriam para a metrópole conquistar
as laureas da imortalidade e do mais
alto renome literário nacionais, como
Assis Chateaubriand, também.

O Sr. Adalberto Sena — Permite-
me V. Ex. um aparte?

O Sr. MILTON TRINDADE —
Fois não.

O Sr. Adalberto Sena — Senador
Milton Trindade compartilho, inteira-
mente, das considerações de V. Ex. sobre
a vida e obra de Assis Chateaubri-
and. Como brasileiro, nada mais quero
acrescentar ao que já foi dito, nesta
Casa inclusive por um dos eminentes
membros do meu partido. Mas, devo
a V. Ex. e faço questão de in-
corporar ao seu discurso a manifes-
tação minha, já em dívida de gra-
tidão com o grande líder, isto é, a
antes, quando Assis Chateaubri-
and e o Estado do Acre tem para com

ele. Todos sabem que, há muitos
anos, o Acre não dispõe de Imprensa
livre: todos os jornais do Acre ou são
do Governo ou seguem a sua orien-
tação mais ou menos disfarçada. En-
tretanto, Assis Chateaubriand, ou,
para melhor dizer, os "Diários Asso-
ciados" têm um projeto de fundação
de um jornal livre na capital do meu
Estado. Sei que já foram tomadas
todas as providências no sentido da
aquisição de casa, do material, e mes-
mo da escolha da pessoa que vai di-
rigir esse jornal. Espero, portanto,
que a inspiração de Chateaubriand
não morra, continue mesmo no além,
a se fazer sentir naquela terra, para
que tenhamos esse grande bem da
liberdade de imprensa.

O SR. MILTON TRINDADE —
Eminente Senador Adalberto Sena,
não houve setor algum da vida na-
cional a que Assis Chateaubriand não
tenha emprestado a sua patriótica
contribuição.

(Retomando a leitura)

E foi a energia criadora e recria-
dora de Assis Chateaubriand que ino-
culou no velho órgão de imprensa o
sangue vital, para que "A Província
do Pará", depois que sofrera um se-
gundo desaparecimento ressurgisse
definitiva e triunfante a 9 de feve-
reiro de 1947, até hoje conservan-
do-se para a frente e para o alto den-
tre a grande família "associada" e
na honrosa e estimulante considera-
ção da intelectualidade, do mundo ofi-
cial e do povo do Pará.

Eu diria, Senhores Senadores, que
o predestinado brasileiro que agora
tento, em rápida síntese relembrar e
retratar com as tintas da saudade e
da gratidão, gigante que nem a idade
nem a doença venceram e que só ce-
den à fatalidade física de que ne-
nhuma criatura humana pode esca-
par, Chefe Amigo e Companheiro
exemplar e raro, cuja estatura moral
e intelectual era o mais singular con-
traste com a estatura física este gi-
gantesco Francisco Assis Chateaubri-
and Bandeira de Melo, o mais ado-
rável "jagunço" que o Brasil já nos
legou, jornalista desde ginasiano, aos
14 anos de idade, nasceu de um con-
sorcio entre o Livro e a Tipografia,
viveu como filho predileto do Talento
e da Glória, para agora perpetuar-se,
merecida e destacadamente, na me-
lhor e mais comovida lembrança da
Pátria, que ele tanto amou, serviu e
enalteceu, dentro e fora de nossos li-
mites.

Se não é de esperar que o justo ju-
gamento dos homens jamais lhe falte
jamais sempre que lhe evocarmos as
beneméritas Campanhas: Nacional de
Aviação; da Redenção do Acriano; dos
Beija-flores, dos Cafés Finos, do al-
godão, da recuperação dos solos e,
como um pródigo Mecenas agropocua-
rio, a semear fazendas e Museus de
Arte igualmente nos consola, na dor
atual do seu desaparecimento malin-
cial, a certeza de que, sob uma bênção
especial do Supremo Criador dos ho-
mens e das cousas, repousa, agora,
serena e satisfeita por todo o Bem
que praticou a alma boníssima de
Francisco Assis Chateaubriand Ban-
deira de Melo. (Muito bem.)

O SR. EURICO REZENDE:

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a pa-
lavra pela ordem o nobre Senador
Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, pa-
rece-me que no último dia da semana
transata houve uma aquiescência ti-
cita da parte da Bancada da Ma-
ioria, no sentido de se quebrar, e
benefício de solicitação feita, a tri-
dição de se guardar plenamente
dias da Semana Santa e, por via de
consequência, não haver Sessão no
Senado. Mas vejo, Sr. Presidente, que
o Plenário, em termos de número
gimetal para sustentação dos traba-
lhos, está despovoado. Nestas con-
dições, pediria a V. Exa. procedesse
verificação necessária e, se fôsse
caso, declarasse encerrada a sessão.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a pa-
lavra pela ordem o Sr. Senador Jo-
saphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, a
abrir a sessão V. Exa. declarou
presença de 13 Srs. Senadores na
Casa. Compareci à Mesa e me in-
crevi para falar. Era o meu prop-
sito, e é, manifestar desta tribuna
no primeiro dia após o ato de arbi-
trio do Ministro da Justiça, o pr-
testo necessário diante da violên-
cia praticada através da portaria mi-
nisterial do dia 5.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Permita V.
Exa. uma interrupção. Há quem
na Casa e no Plenário para dar
atenção aos nossos trabalhos. S-
licitaria ao Sr. Senador Josaphat
Marinho que formulasse a sua pre-
tensão de ordem, ou, se descesse con-
tinuar a fazer uso da palavra, se
se valesse de sua inscrição, já que
é o orador imediato na lista do Rio
do Expediente da presente sessão.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

Sendo o orador imediato, já não t-
enho questão de ordem a formular.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a pa-
lavra o Sr. Senador Josaphat Ma-
rinho, quarto orador inscrito para
sessão de hoje.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

(Sem revisão do orador) — Senhor
Presidente, a sabedoria popular que
quase nunca erra, ensina que quem
não sabe rezar, xinga a Deus. Foi
que fez o Ministro da Justiça na li-
nommosa portaria com que preten-
deu cascar o funcionamento da Fre-
te Ampla e estrangular a liberd-
de informação da imprensa.

A portaria encerra um erro ju-
dico, encerra um erro político e um
erro de perspectiva ou de previsão.

A portaria encerra um erro ju-
dico, porque é manifestamente in-
constitucional. A Frente Ampla é
um movimento em curso que não
havia corporificado propriamente
numa organização. Reconhece-o me-
mo o Ministro da Justiça, ao assinar
naum dos fundamentos do ato a
bitrário, que se trata de "movimen-
to de ação política". De outro lado,
a portaria oficial com que, durante o
ano de 1937, a Frente Ampla declar-
seus objetivos, fixava exatamente e
sua finalidade:

"A Frente Ampla constitui-
num movimento popular e naci-

nalista, com os seguintes propósitos fundamentais:

- 1) União dos brasileiros para a pacificação do País e para o normal funcionamento do processo democrático;
- 2) Retomada da política de desenvolvimento nacional com expansão do mercado interno pelo aumento da produção e dos salários;
- 3) Execução de política externa soberana, apenas subordinada aos objetivos da Nação brasileira;
- 4) Política de defesa das riquezas nacionais;
- 5) Ampliação das conquistas sociais, sobretudo, para maior participação dos trabalhadores na política econômica e social;
- 6) Preservação da autenticidade da cultura brasileira e apoio aos professores e estudantes na luta pela ampliação da educação nacional, para a liberdade e o progresso do povo."

Como se vê, a Frente representava movimento, e um movimento com objetivos realmente lícitos e compatíveis com a ordem vigente, não tanto a precariedade desta e de funcionamento, e fosse organização, rigorosamente representaria o exercício do direito de associação. Se, na condição de movimento, o Ministério da Justiça não poderia cassar o funcionamento do ato de arbitrio, ainda menos poderia fazê-lo considerando-a como sociedade.

que nos termos do Art. 153, § 1º da Constituição de 1957,

"É garantida a liberdade de associação. Nenhuma poderá ser dissolvida sendo em virtude de decisão judicial".

ale dizer, portanto, que, se o Governo, considerando um movimento, podia extinguir a Frente Ampla, ato de arbitrio, por igual, não teria feito-o se a declarasse uma sociedade. Mas nem como associação, nem como movimento, poderia sã-lo sumariamente, ainda por ato de outra norma da Constituição; é a que está no § 8º do mesmo Art. 153:

"É livre a manifestação do pensamento, de convicção política ou filosófica e a prestação de informação sem sujeição a censura".

Para bairar o ato que praticou, era claro, como dele mesmo ressalta, o Governo ignorasse a Constituição, que impôs ao País.

Se, porém, reconhecida como organização de fato, a Frente Ampla só teria sido declarada extinta, ainda assim, por processo regular, dados os seus irrestritos da Constituição. A instituição não distingue entre associação perfeitamente configurada e sociedade de fato; diz que é essencial o direito de associação, e que nenhuma pode ser dissolvida sendo diante decreto judicial. *Nepheum!* o termo amplo da Constituição, só a obscuridade, o espírito de violação, a me quinhões poderiam contrariar a declaração sumária de extinção do funcionamento da Frente Ampla.

da República anunciou que, com a vigência da Constituição de 1957, desaparecia ou cessava o período propriamente revolucionário.

A que título, então, não de ser incoerentes os atos institucionais e Complementares, quando ainda se sabe que, ao remeter o projeto da Constituição ao Congresso, o Presidente da República assinalou que o fazia exatamente para que fossem institucionais os princípios da Revolução e lhes fosse dada unidade?

O que, agora, entretanto, se quer fazer, ludibriando a Nação e o Congresso é restaurar a vigência dos atos revolucionários que a própria Revolução sepultou!

Mas se é enorme o erro jurídico, ainda maior é o erro político. Mesmo que a cautela do apelo à decisão judicial não fosse indispensável juridicamente, ainda assim deveria proceder o Governo, para evitar a incursão na área perigosa do arbitrio político. Tanto mais conveniente seria o procedimento cauteloso, porque os objetivos da Frente Ampla eram lícitos, como já os enunciei e os demonstrei em vários pronunciamentos dos seus elementos e de figuras expressivas integrantes do próprio Partido que espóla o Governo.

O Ministério da Justiça declara, com a tranquilidade de quem desconhece as leis e os fatos que cassava o funcionamento da "Frente Ampla" por seus fins espúrios.

Ora, Sr. Presidente, precisamente nesta Casa, uma das mais eminentes figuras da ARENA, o Sr. Senador Filinto Mülher, em discurso proferido no princípio de 1963 fez essa observação, que deve ser posta em relevo: (le)

"Eu dizia" — frisou S. Exa. — "em declaração ao grande respeitável 'O Globo' que precisamos deixar de preocupar-nos com a 'Frente Ampla' porque ela é composta por um grupo de homens que têm direito de se congregarem e se unir para pregar suas idéias. Pode ser que o façam de forma contudente, de forma agressiva, excessiva. Mas perante a Constituição cada um responde pelos excessos praticados. Não se pode, pelo fato de um grupo de brasileiros constituir a 'Frente Ampla', transformar essa 'Frente' num fantasma que ameace a integridade do País, a estabilidade das instituições.

Se nós estivémos organizados, como Partidos, não daríamos a menor importância a essa Frente. Mas, se não tivémos o julgo de nos organizarmos, ela se pode transformar em grande força neste País".

Aqui fala o político sensato o homem habituado às regras da vida pública, e não o jurista estranho aos contornos do pensamento na esfera da consciência dos embates políticos!

O homem experiente conclui pela legitimidade do funcionamento da Frente Ampla, e até reconhece que se tinha nelas condições de crescer, não era porque constituísse um perigo para a Nação, mas pela debilidade dos Partidos organizados, inclusive do Partido do Governo. Porém, o erro do Ministério da Justiça, revelando, ao mesmo tempo, a caricatura existente na declaração do Governo é maior quando, invadindo contra a Frente Ampla, faz embaçar, se ainda é possível fazê-lo, a própria legitimidade do regime perante o estrangeiro, a qual o Sr. Ministro Magalhães Pinto procurou tingir em cores de grandeza e de sabedoria.

E' que, Sr. Presidente, a título de justificar o funcionamento de um regime livre no País, o Sr. Ministro Magalhães Pinto falando em Paris,

assim se manifestou, em notícia publicada em "O Globo" de 1º de fevereiro de 1963:

"A Frente Ampla está, no momento, fazendo a sua propaganda política fato que é normal e parte de um sistema democrático. O Governo permite a sua existência ao lado dos partidos políticos, o que constitui uma prova de liberalismo do regime".

Vê-se, portanto, que enquanto o Senhor Ministro do Exterior, também um homem experientado, procurou resguardar a legitimidade política do regime, o Ministério da Justiça destrói tudo isso no desespero do arbitrio, como se fosse mero caso em loja de louças.

Mas a gravidade do ato praticado ressalta da condenação geral do ato pela imprensa; e que, inclusive, confessadamente, o país inteiro de áreas do próprio Governo que não querem passar por obtusas e insensatas.

Ainda ontem o jornal "O Estado de São Paulo" assim assinalava:

"A decisão de dissolver a Frente Ampla está sendo qualificada como um ato político sem consequências políticas, adotada em reunião a que só tiveram acesso os Srs. Ministros militares e o Sr. Ministro da Justiça e com irreparável desrespeito para os comandos da ARENA."

Se esta, porém, é a notícia mais clara, mais viva, mais forte é a opinião do jornal que não é órgão anti-revolucionário, mas um dos grandes instrumentos da imprensa brasileira que lutaram pelo movimento de 1964.

E' deste teor o editorial de "O Estado de São Paulo", em alguns de seus pontos essenciais:

"A Portaria baixada pelo Sr. Ministro da Justiça, colocando fora da Lei a chamada Frente Ampla, é bem uma demonstração de completo desmorreamento das autoridades, diante da gravidade da conjuntura que o País atravessa. Realmente, cabe perguntar, que efeitos práticos poderá produzir uma medida legal dirigida contra um movimento que não tinha existência legal?"

E, adiante,

"Para nós, a estranha Portaria do Sr. Ministro só tem uma explicação. Lanchando mão desse paliativo, S. Exa. quis dar uma satisfação aos militares mais radicais que vêm fazendo intensa pressão para que o Governo adote medidas de exceção, indo, inclusive, à decretação do estado de sítio".

E o "Correio da Manhã", confirmando a impressão geral saliente, num de seus torques políticos:

"Uma destacada figura do Governo concedeu, ontem, a Portaria do Ministério da Justiça que proscritiva a Frente Ampla, como a mais 'inepta' que poderia ser adotada na cabeça de um agente do 'Poder Público'."

A imprensa interpretou, Sr. Presidente, a generalização da opinião, e até de representantes da ARENA.

Mas, a Portaria também do próprio Presidente da República. Reconhece a existência da Frente Ampla, que sótores do próprio Ministério antes negavam e procuravam, até não levar a sério. Agora, a Portaria reconhece existência do movimento, e o condena quando o Presidente da República em carta recem, de janeiro deste ano dirigida ao Deputado Rafael de Almeida Magalhães assim se pronunciava:

"Reconheço realmente, caro Dr. Rafael, concordo que a Frente Ampla não tem condições de galvanizar o Brasil".

Ora, se, segundo a palavra o Chefe do Ministério da Justiça, de seu superior hierárquico ou seja, do Presidente da República, a Frente Ampla não tinha condições de galvanizar a opinião pública do País, por que cassá-la o funcionamento? Por que suprimir-lhe as atividades? Por que declará-la de fins espúrios? Por que, Sr. Senadores? Por meio da extinção do País.

Aísim é porque, ainda nos últimos dias, nos graves acontecimentos, sobretudo na Guanabara, o que toda a Nação aguçou é que este é um Governo sem povo. Enquanto permanecia na solidão do poder, desprezado pela comunidade nacional, o Governo só conseguia manter-se guardado pelas tropas regulares. Não havia um órgão, uma instituição idônea, um movimento que lhe emprestasse solidariedade. Nem era possível fazê-lo, porque, enquanto o povo e seus filhos sofriam, os demagogos se divertiam, distantes do centro dos acontecimentos, em banquetes e festins.

A Portaria, em suma, agravava o estado de crise que atingiu os dias presentes. Do ponto de vista do Governo é um ato de condenação política. Afirma o que foi negado e não o que foi retornado. Proclama a existência da Frente Ampla, que antes negou, e, ao mesmo tempo, nota a existência de atos fúteis, demonstrando pela manifestação pública de repulsa em praça pública e condenação até por muitos poderes da ARENA.

Do ângulo político geral, a Portaria é um ato de falsa finca, é uma afirmação de segurança simulada.

O que o Governo experimentou nos últimos dias foi o desprezo do povo, o divórcio entre os dirigentes e os dirigidos. Apurou, enfim, que no Brasil não havia Governo, mas dominadores. O que se instituiu foi o domínio de uma casta, que pretende manter-se no poder, recusando ao povo o soberano direito de escolher os seus governantes.

A experiência desses dias fez com que o Governo cavalhasse em disparada, ainda para mais longe do povo.

Mas a verdade é que se o Governo, exasperou, nós não perderemos a consciência dos nossos direitos. Ruy Barbosa disse um dia que a injustiça pode irritar-se, porque é precária; a verdade não se impacienta, porque é eterna. Nesta luta, presente, estamos ao lado do povo brasileiro que é o permanente, contra o Governo, que é o transitório. Defendemos as prerrogativas soberanas do povo: o seu direito de associar-se, de reunir-se, de pensar, de manifestar-se, diretamente ou através da imprensa.

O Sr. Arthur Virgílio — Permite V. Exa. uma intervenção?

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Pela não.

O Sr. Arthur Virgílio — V. Exa. sabe que não integro o Movimento da Frente Ampla embora tenha recebido comunicações com um dos seus líderes, o ex-Deputado Paulo Araújo. Sobre o movimento, não cheguei a conversar com o ex-Governador Carlos Lacerda; apenas falei com S. Exa. duas vezes, no telefone; uma, quando informado no Hospital das Sorocóbas, ele manifestou a sua preocupação pelo meu estado de saúde; outra quando, pelo Natal, lhe atribuí o gesto, agradecendo-lhe o voto de Boas Festas. Mas estou inteiramente de acordo com a tese que V. Exa. defende: ou há liberdade de organização, de reunião, ou não há Democracia. Isso é indiscutível.

E essa Portaria do Ministro atre mormente esse princípio democrático da liberdade de associação. Agora, o que considero estranho é que homens da categoria de V. Exa., de Nestor Duarte e de Martins Rodrigues, com um passado de luta sempre pela liberdade e pela democracia, possam ser considerados suspeitos a

qualquer regime de liberdade. O que também me impressiona profundamente é que homens que sempre se colocaram atrás do Sr. Carlos Lacerda, nos movimentos em que sua fidelidade fez ao longo de sua vida pública, usando sempre o mesmo e imutável estilo, quer contra Getúlio Vargas, quer contra Dutra, quer contra Juscelino Kubitschek ou contra João Goulart, aqueles homens que sempre se colocaram atrás de Carlos Lacerda aproveitando-se do seu talento inextinguível, do seu poder verbal inextinguível, hoje o consideram "baderneiro" e querem silenciar a sua voz. V. Exa. e o Senado são testemunhas de que fui um adversário intransigente do ex-Governador Carlos Lacerda. Por conhecer-lhe o estilo, eu usava das mesmas armas, mas jamais alguém me curtiu, aqui no Senado, pedir que fosse silenciada a voz desse opositor político, ao revés, quando Deputado, na Câmara Federal, protestei, num aparte ao discurso do Deputado Herbert Levy, se não me enganou, então, Presidente da União Democrática Nacional, quando impediram o Sr. Carlos Lacerda de ocupar as estações de rádio. Acho que democracia é isto; embora eu possa discordar da forma mais total de um adversário, não posso admitir que o silêncio, que o impeçam de falar, de se manifestar. E foi essa sempre a orientação que dei aos meus pronunciamentos e às lutas que tenho travado com aqueles que são meus opositores. Estou de pleno acordo com V. Exa. Essa portaria representa mais uma ameaça às já precárias condições democráticas de que dispõe o povo brasileiro.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Agradeço a V. Exa. o aparte. Sou, também, um homem tranquilo. Não fui correligionário do Sr. Carlos Lacerda. A verdade, entretanto, é que toda a Nação observa que aqueles que o acompanharam, quando estava no poder, abandonaram-no, por fraqueza ou por medo, quando ele ingressou no ostracismo. Mas, na hora em que ele ingressou no ostracismo, os que não se acomodados, os que não são covardes, os que não são tímidos, não recusam estender-lhe as mãos, para acompanhá-lo na luta em favor do processo de redemocratização e de desenvolvimento do País.

Nenhuma Nação cresce seguindo os medrosos. Somente progride pelo impulso dos que têm a energia de defender seus princípios, sobretudo nas horas de crise e de dificuldade.

A portaria não pôde atingir pessoalmente o Sr. Carlos Lacerda, nem pôde — o que está nos seus pressupostos não declarados — negar o próprio direito de reunião. Buscou atingir a "Frente Ampla", no curso de uma crise política para a qual seus elementos não concorreram, direta nem indiretamente. E' por isso que se diz que o ato é um ato de falsa firmeza, é um ato de dissimulada segurança.

Mas, se o ato envolve um erro jurídico e um erro político, é tremendamente revelador de um erro de perspectiva e de previsão.

Em política, sobretudo, nada se deve fazer sem atentar nas consequências. Isto é o certo, para evitar atos inúteis. Na política, todo procedimento inconsequente é condenável, porque desprestigia a autoridade.

Cra, a "Frente" — já o disse a princípio — antes de ser um nome, é um movimento de opinião.

Proibida a designação, o movimento prossegue, pelos meios lícitos, pois nenhuma portaria cassa o direito de pensar.

Só os regimes de ditadura, Srs. Senadores, desprezam a força da inteligência. Deles porém zomba a inteligência, que não é prisioneira de regulamentos. (Muito bem! Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURÉLIO VIANNA:

(Sem revisão do texto) — Sr. Presidente, a atitude do Sr. Ministro da Justiça a muitos separei, não a todos. A nós do P. M. como partido, interessa sobretudo o ato do Sr. Ministro da Justiça que, através de uma simples portaria, desprestigia, a nosso ver, a Constituição Federal em pleno vigor.

Os atos institucionais tiveram termo quando a Constituição de 1957 vigorando a Constituição, aqueles atos, todos eles, ficaram separados. Não se pode entender como assurgir deles, com toda força e vigor revolucionário, depois do advento da Constituição de 1967.

Sr. Presidente, acatando-se, a tese que os atos institucionais são vivos e podem produzir efeitos, então continuamos no regime do arbítrio e a Constituição passa a plano secundário, como se existência não tivesse.

A Frente Ampla é apenas um aspecto da questão. Quem interessa como argumento, o mentor e orientador principal da Frente não foi alcançado. Continua com plenos direitos para executar o seu pensamento, para se comunicar com o povo, para se comunicar com a massa. Se os objetivos da portaria foram o de silenciar o ex-Governador da Guanabara, esses objetivos não foram alcançados, segundo aqueles que mais se preocuparam estudando a portaria do Sr. Ministro da Justiça.

Mas a resposta àquela portaria foi dada pelo Sr. Presidente da República, no discurso que pronunciou na Associação Brasileira de Imprensa.

(Lendo)

"Gratíssima para mim é esta oportunidade de conviver algumas horas com os homens que fazem e comandam a imprensa livre de nosso País.

Entre fazer e comandar há uma pequena distância; e se a ela me refiro é para assinalar a circunstância de me encontrar diante de profissionais autênticos que não encaram a imprensa como indústria — embora da natureza do empreendimento industrial ela se revista cada vez mais em nosso tempo — mas principalmente como forma de participação na vida pública e até na missão de legislar, aplicar as leis na distribuição da justiça e governar, no sentido mais amplo desta palavra.

Mas entre comando e liberdade não há distância, pois aliado a noções que se completam e integram, entre vós e de um modo geral, pela necessidade na vida de se distinguir o livre do arbitrário.

Dizem-me que restabeleço, com minha presença nesta Casa, a tradição do comparecimento de Chefes de Estado à ABI. Ainda que não estivesse artimado no exemplo de antecessores meus, que trouxeram à Associação Brasileira de Imprensa o testemunho do apreço ao duro trabalho dos homens de jornal, aqui estaria para começar a tradição e bendizer o ensejo deste convívio, que me permitiu ouvir o belo discurso do vosso presidente e me permitiu dizer-lhes como prezo e como entendo vossa missão fundamental na primeira das quatro liberdades de Roosevelt: a liberdade de palavra e expressão.

MISSÃO DA IMPRENSA

Entendo-a como complemento da missão de governar. Pelas grandes vozes do nosso passado como pelos acontecimentos mais importantes de nossa História moderna e recente, tememos a decisão de ser uma Nação livre e de viver em democracia.

Sr. Presidente, querer uma nação livre e viver numa democracia, em plena democracia, é o desejo de todos os brasileiros conscientes, consequências, livres, libertes do medo e do temor. Mas, entre dizer e garantir essa liberdade de imprensa, de imprensa, de livre manifestação do pensamento, do direito de reunião há uma diferença imensa. Quais os conceitos do Governo da livre manifestação do pensamento, da reunião?

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Com grande prazer, Excelência.

O Sr. Josaphat Marinho — Note V. Exa. que, secundando o roteiro da Portaria absurda, um Consultor Jurídico do Ministério da Justiça fez declarações fixando os critérios de prisão em flagrante dos parlamentares. Não é mais a lei, não é o Ministro. Já é um Consultor Jurídico que se julga no direito de espalhar também suas aincagas!

O SR. AURÉLIO VIANNA — Sr. Presidente, é isto que vem caracterizando o atual período de governo. Todos falam como se autoridade tivessem, todos opinam como se pudessem opinar, no sentido de interpretar a lei, de interpretarem a Constituição, de fazê-la efetivamente obedecida. Daí as incongruências que nós notamos e as razões por que estamos lendo e vamos continuar a ler, para que fique nos anais do Congresso Nacional, o pronunciamento do Presidente da República. Porque mais adiante S. Exa. fala no império da lei, da Constituição.

(Lendo)

"A imprensa nos ajudou nessa determinação e nos ajuda ainda hoje a não abandoná-la na medida em que nos traz, dia a dia, os ecos, os ansios, os temores e as aspirações da opinião nacional".

São reconhecidas essas aspirações? São tomados em consideração esses temores? Os ecos e os ansios e os temores e as aspirações da opinião nacional são levados em consideração? Responde-nos o próprio povo brasileiro; os últimos acontecimentos que se vêm desenrolando no nosso País, e estamos quase crendo, à revelia, muitos deles, do próprio Presidente da República.

Não nos enganamos quanto às dificuldades de captar a opinião, para conhecê-la em sua expressão verdadeira e por ela orientar a nossa obra de governo. Há muitas formas de mistificá-la e distorcê-la, para induzir a erro o governante. Na era da comunicação de massas, não ignoramos haver até uma ou várias técnicas de "fazer" a opinião, de formá-la e deformá-la, de simular estar sendo ela refletida quando às vezes está sendo apenas traída e violentada por meios poderosos de manipulação. Mas é preciso buscá-la com paciência, pertinácia e fervor, procurando distinguir a mistificação da verdade, desprezando as nuances para melhor identificar o que de fato é nela fundamental e, ao mesmo tempo, trabalhando para informá-la e esclarecê-la, com boa fé e lealdade.

Para isto é preciso que haja liberdade e que seja garantida a liberdade existente. Há liberdade!

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Pois não.

O Sr. Josaphat Marinho — V. Exa. desdobrou um tema em perfeita consonância com a tese daquele que foi, em vida, e continua, depois de morto, sendo um nosso mestre nas pugnas da inteligência. Lembre-se de que João Mangabeira, numa das convenções da esquerda democrática, num dos maiores discursos que já li,

de pensamentos políticos, no País, acentuou que uma opinião, por si só, por mais absurda que seja, não alcança, jamais, o limbo do crime. O que o Governo está querendo é colar o direito de opinião.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Continua sendo um nosso mestre, e eu, um dos seus mais humildes discípulos, continuo vivendo à sombra das suas palavras, das suas opiniões, dos seus conselhos.

Assim falou João Mangabeira, no grande discurso a que V. Exa. se referiu.

Aquêle gênio trouxe rumos para nós que, ainda hoje, fazem vibrar o nosso coração e a nossa alma, despertando a nossa inteligência.

Quem não se lembra daquelas palavras, creio que do Hino da Independência: "Liberdade, Liberdade, abre as asas sobre nós, nas lutas, nas tempestades, para que ouçamos a tua voz..."

Quando menino, quantas vezes, na escola primária, cantei o Hino belo que nos ensina a cultivar e a cultivar a planta da liberdade.

Liberdade! É preciso que haja liberdade. É preciso que a liberdade seja garantida, que o diamante bruto tenha o seu lapidário e passe a encantar os olhos e a servir de motivo para apreciação do Belo.

Sr. Presidente, continua o Marechal Costa e Silva:

"Até por ser difícil discernir, de imediato, entre a malícia e a notícia, entre a verdade nua e a mentira bem vestida pelas técnicas modernas do jornalismo escrito e falado, o Governante não se arrojará o direito de calar pela violência o órgão que lhe parece estar fugindo à nobreza do seu papel."

Enquanto isto, jornalistas foram presos, foram banidos; repórteres, no uso do seu direito de transmitir ao povo os acontecimentos, os grandes acontecimentos que modificam ou traçam rumos novos para os povos, para os países, foram violentados no seu direito legítimo de informar.

Entre o desejar e o fazer, a diferença é imensa. Entre o desejar fazer e o poder-fazer enorme a diferença!

Dá-nos a entender o Sr. Presidente da República que deseja seja assim, mas que há um poder tremendo que o impede de garantir aquilo que, no seu discurso, reconhece e tenta assegurar.

É um país, qualquer que ele seja, vai mal quando as palavras dos chefes da Nação não se casam bem com os atos, praticados de sua ordem ou por seus auxiliares imediatos, porque, entre o espírito de todo discurso do Chefe da Nação e o ato do Sr. Ministro da Justiça, há um hiato, há um vale profundo, há uma abertura imensa, e a Nação, em perplexidade, lê o ato do Ministro e toma conhecimento do discurso daquele que o escolheu para seu auxiliar direto.

(Lê)

É difícil, por vezes, escapar aos movimentos de impaciência e inconformismo ante as formas ostensivas de falseamento da verdade..."

Nós sabemos que é difícil! Nós, que não estamos nas posições mais altas, sentimos que é difícil.

Continua o Senhor Presidente da República: (Lendo)

"... mas é preciso pagar esse tributo para colher os benefícios gerais da existência de uma imprensa livre no País".

Nós sentimos que é difícil, porque, muitas vezes, nós políticos somos também incompreendidos pela Imprensa.

Muitas vezes, se falamos, corre as nossas palavras um silêncio tumular. Demônios são transformados em san-

"Creio na imprensa livre porque creio na liberdade em si mesma, como o maior de todos os bens concedidos ao homem na terra. Creio na imprensa livre porque não creio haver entre os

homens força maior do que o pensamento em sua ânsia de manifestação, quando procede das fontes do bem e da necessidade do progresso do espírito."

São frases rooseveltianas, frases que têm sentido para nós democratas, democratas legítimos. Frases que gostaríamos, sinceramente, se consummassem em atos praticados pelos auxiliares diretos de S. Exa. o Presidente da República. Frases que deveriam ser a sua cartilha, uma espécie de evangelho político, e que deveriam ser postas em prática. E se o fizesse, o Sr. Presidente da República teria, ao certo, o apoio da Nação, de todo o povo brasileiro.

Afirmou certo jornal da Oposição que, se não fosse a intervenção das Forças Armadas, particularmente do Exército Brasileiro, nos últimos acontecimentos da Guanabara, teria havido ali um massacre de consequências imprevisíveis. E' este o papel das Forças Armadas de um país democrático.

E, soubemos, posteriormente, pela mesma imprensa, pela imprensa livre de nosso País, que os órgãos competentes da Segurança Nacional, da Segurança Nacional, da Segurança Pública, os órgãos militares, estavam empenhadíssimos no descobrimento das notícias veiculadas por certa política sobre o comportamento dos estudantes, pois, essas notícias, essas informações não se casavam muito bem com a realidade que as próprias Forças Armadas federais observaram naqueles lutosos acontecimentos.

Continua o Sr. Presidente da República, para terminar:

Creio na imprensa livre, porque confio na opinião pública por ela refletida —, como vetor de orientação dos homens que governam, sinceramente empenhados na promoção do bem comum.

"Creio na imprensa livre, porque também creio que a liberdade seja capaz de gerar, naqueles que o desfrutam, o sentimento da responsabilidade, sem o qual seria, ela própria, aviltada na prática dos abusos e comprometida no cometimento dos desatinos contrários à paz, à estabilidade e ao progresso moral da sociedade.

Creio na imprensa livre, porque acredito no império da lei da justiça e da ordem, dentro de cujas fronteiras cada cidadão há de regular a sua liberdade pelos limites da liberdade dos demais cidadãos.

Claríssimo!

Creio na imprensa livre, na mesma medida em que não creio se deixe ela dominar pelos interesses de pessoas e de grupos, colocados acima dos interesses da pátria.

Creio na imprensa livre, em suma, porque não vacilo em minha fé na democracia, da qual nos dá ela o sinal mais característico de presença, funcionamento, superioridade e afirmação."

Sr. Presidente, terminando essa leitura, que dispensa mais comentários, quando se fala na imprensa livre com tanto entusiasmo, com tanto fervor. Imprensa livre sem Parlamento livre; Parlamento livre sem direito de reunião, plenamente assegurado, sem direito de opinião plenamente garantido, imprensa livre não é Parlamento livre não existe. Há condições.

E agora, Sr. Presidente, certo de que o nosso Partido, cujo Gabinete Executivo Nacional foi convocado para apreciar os últimos acontecimentos, agirá com aquele equilíbrio que é uma das características dos homens que o compõem, não cedendo e não concedendo favores que impliquem em capitulação, esperando que o Senhor Presidente da República, melhor informado, possa colocar na prática aquelas suas palavras que representam um compromisso perante o Brasil

perante os outros povos do mundo, perante a História, desejamos que o diálogo se restabeleça o diálogo democrático. Que Governo o povo, por atitudes concretas daquele, se entendam.

Desejamos agora homenagear a imprensa livre do Brasil, o *Jornal do Comércio* de Recife, que completou recentemente mais um ano de existência, e que é dirigido orientado, há mais de quarenta anos, por essa figura de homem de pensamento, varão, que poderemos qualificar de Plutarco, que é o Senador Pessoa de Queiroz.

Trata-se de um jornal que nunca cedeu à violência, que sofreu revezes durante sua longa vida, que foi fechado, ameaçado de fechamento por governos discricionários, mas que continua como luzero da liberdade no grande Estado do Nordeste, republicano e ativo, que é o "Leão do Norte", o Estado de Pernambuco.

Sr. Presidente, marcamos a nossa posição, mais uma vez contra o arbitrio, contra a violência, contra as medidas anti democráticas adotadas ao arrepto da Lei e da Constituição, para proclamarmos, de novo, que o "MDP" não deseja a desordem, não deseja a anarquia, não deseja a agitação, e que se mantém fiel aos postulados de seu programa, continuando a defendê-los, correndo todos os riscos e apoiando todas as medidas que venham trazer tranquilidade, paz e segurança a todo o povo brasileiro. (Muito bem! Muito bem! Faldas).

O SR. EURICO REZENDE:

Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra, como Líder o nobre Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE:

(Como Líder) — Sem revisão do orador — Sr. Presidente e Srs. Senadores, ouvimos, na tarde de hoje, dois pronunciamentos: um do eminente Senador Josephat Maximino e outro, de autoria do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Quanto a este último, decorrido em termos de comentário a discurso do Sr. Presidente da República, ontem proferido na Associação Brasileira de Imprensa, interpretou fielmente, mais do que o pensamento, o propósito e a diretriz do Governo Federal, que é o de resguardar a liberdade de imprensa.

Mas, as considerações aqui trazidas pelo eminente Senador baiano marcaram tão-somente a sua coerência e a sua ausência de solução de continuidade, na prevenção política e na distorção interpretativa diante da conduta do Poder Executivo.

A resposta da Bancada do Governo, então, incidirá, tão-somente, sobre a catilinária que foi apenas uma notícia, e não causou surpresa nenhuma, desenvolvida pelo nobre representante da Bahia. E vou demonstrar que S. Exa. tanto se apaixonou e tanto mais se apaixonou, que seu discurso chegou ao extremo de vulnerear a harmonia dos Poderes no setor de relações do Poder Executivo com o Poder Judiciário.

A resolução baixada pelo Sr. Ministro da Justiça, obviamente depois de ouvido o Senhor Presidente da República, foi tachada de ilegal e de inconstitucional. Pelo nome Portaria entende S. Exa. que não se pode versar questão daquela magnitude através de uma nomenclatura tão corriqueira.

Sabemos, Sr. Presidente, e sabe o Governo, que é muito difícil meio das paixões generalizadas, inclusive no espírito de pessoas que deveriam ser responsáveis, que é muito difícil combater a baderna neste País.

Se por um lado, temos a certeza maldita, por outro lado, temos a convicção bendita e consoladora de que o Governo combaterá a anarquia, e o

será nos limites exclusivos da lei e da Constituição.

O título de Portaria é uma denominação que remonta ao previsor constitucional. E' sabido que o Senhor Presidente da República escreve e oferece as etapas necessárias ao cumprimento das leis, através de Decretos e de Regulamentos. E da parte do Sr. Ministro do Estado esta tarefa é prevista no Art. 27 do Comando Constitucional que reza in verbis:

(Lê)

Art. 27. Além das atribuições que a Constituição e as leis estabelecerem, compete aos Ministros:

II — expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos;

Então chegamos à conclusão de que, na estalada apenas do ensino primário, ou um pouco mais além, e numa interpretação da rotina e do óbvio poderemos compreender que as instruções ministeriais têm três tipos de instrumentos: a portaria, a circular e o aviso. E o Sr. Ministro da Justiça, ao baixar aquelas disposições, o fez através de portaria constitucionalmente permitida.

Sr. Presidente, em nenhum ponto a portaria ministerial refoge do contexto da lei e da arcada da Constituição.

Ela invoca, objetivando, através do esclarecimento e da orientação, o seu fiel cumprimento, o Ato Institucional nº 1, art. 10, de 9 de abril de 1964, o Ato Institucional nº 2, art. 15, número II, de 27 de outubro de 1965, e o Ato Complementar nº 1, art. 1º, nº I, de 27 de outubro de 1965.

Não inova, não legisla, não deturpa porque a portaria se baseou exclusivamente naqueles dispositivos legais e institucionais. E esses instrumentos legais e institucionais da Revolução tiveram a sua convalescença e a sua segurança e, portanto a sua validade, esculpidas na Constituição Federal.

O art. 173 dispõe:

(Lê)

"Ficam aprovados e excluídos de apreciação judicial, os atos praticados pelo Comando Supremo da Revolução de 31.3.1934".

Se a matéria se esgotasse no caput do dispositivo constitucional reproduzido, daria ensejo a muita controvérsia e a muita confusão de caráter interpretativo. Mas, ao escalonar as especificações da nossa mediana associação dos processos e dos princípios revolucionários absorvidos pela jovem Carta, o Congresso estabeleceu:

(Lê)

"assim como: (art. 173)

III — os atos de natureza legislativa expedidos com base nos atos institucionais e complementares, referidos no item I."

Ninguém pôs em dúvida, Sr. Presidente, que aqueles atos são de natureza legislativa. E, inexistindo dúvida nessa área, a perenidade daqueles mesmos atos está assegurada em mandamento constitucional expresso, peremptório.

O Ato Institucional nº 2, que passou a compor não apenas a fundamentação, mas também a parte resolutive da Portaria, estabelece:

(Lê)

"Art. 1º — A suspensão da direitos políticos, com base neste Ato e no art. 1º e seu parágrafo único do Ato Institucional de 9 de abril de 1964, além do disposto no art. 327 do Código Eleitoral e no art. 6º da Lei Orgânica dos Partidos, acarreta simultaneamente:

III — a proibição de atividade ou de manifestação sobre assunto de natureza política."

Por sua vez, o Ato Complementar nº 1, que também tem a sua invocação na Portaria em referência, dispõe:

(Lê)

"Art. 1º — Considera-se crime infração do disposto no item I do art. 16 do Ato Institucional nº 2. Pena: de 3 meses a 1 ano de prisão."

"1º — Quem, de qualquer modo, concorrer para o crime, incorrerá na mesma pena."

A Portaria ministerial, com base fundamentação naquelas disposições de caráter legislativo incorporadas à Constituição, diz que:

(Lê)

"O Poder Executivo RESOLVE:

I — Proibir, em todo o território nacional, manifestações, reuniões, comícios, desfiles, passeios ou exercício de quaisquer atividades de natureza política denominada "Frente Ampla".

II — Determinar às autoridades do Departamento de Polícia Federal, em estreita colaboração com as autoridades estaduais que:

a) efetuem a prisão em flagrante de todos quantos sejam contrários violando a proibição certa no art. 16, item II, do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, combinado com o disposto no Ato Complementar nº 1 da mesma data;

b) procedam à apreensão de vícios, jornais, periódicos ou quaisquer publicações que divulguem manifestações sobre assunto de natureza política por todos os meios de comunicação de massa, inclusive a denominada "Frente Ampla".

c) promovam a imediata instauração de inquéritos policiais contra os que estiverem praticando esses atos, bem como dos puníveis pelos órgãos da divisação, tendo em vista especialmente, o disposto no art. 38 do Decreto-Lei nº 314, de 13 de maio de 1937, e demais preceitos dessa lei.

Ora, Sr. Presidente, ninguém no País, sob pena de injúria à inteligência mais elementar, pode negar a não ser de má fé, ou então por interesse político desvelado, que a Frente Ampla foi neste País acmamentado de cassados e de cassados de cassados, objetivando a mesma política e uma mesma finalidade.

Negar esse fato não é deixar de político, é agir com desonestidade interpretativa. E' um fato materialmente documentado.

Com relação ao líder não cassado é público e notório, através de obsessão, de sua delinquência verbal, sua linguagem predatória e, principalmente, por uma frase sua absorvem uma gíria bem brasileira: "Esse Governo não emplica 1965".

Com relação às figuras mais proeminentes deste País e que tiveram seus direitos proscritos, há dois documentos, com suas assinaturas, apas com a tinta nankina das convicções e dos seus propósitos "Pacto de Lisboa", e o primeiro "Pacto de Montevideo". E só não foi assinado o segundo "Pacto de Montevideo" porque o Sr. Leonel Briz, apesar de proscrito, teve vergonha de assinar!

Então, Sr. Presidente, como se gar que houve uma compensação cassados e não cassados neste País para derrubar o regime e recubar o Governo através da agitação, da demora das ruas, da pregação da violência — capitaneada, Sr. Presidente esta pregação, por um homem tem tido uma espécie de orgulho: espécie de vaidade, de colocação

s de governos e derrocada de
fientes?

se tratasse de um elemento ca-
de, pelas armas constituciona-
e políticas, alcançar as desvicia-
a pregação, o Governo não teria
um dever a cumprir, nenhuma
ação a executar em benefício da
pública, da tranquilidade da fa-
brasileira e da segurança das
uições democráticas e represen-
as.

s Sr. Presidente, formou-se um
pamento, integrado pelos Senho-
Carlos Lacerda, João Goulart e
lino Kubitschek de Oliveira, as-
sados por um segundo time, mu-
uerrido e que não se conformam
do algum em procurar aqueles
óbviamente, não tiveram seus di-
políticos suspensos, a fronteira
ma, que são as lides partidárias.

Presidente, foi dito, aqui, que a
tuição de 1967 não permite a
iência da portaria ministerial.
opinião não é apenas, hoje, um
lado às regras mais elementares
xegesse, é até mesmo uma cen-
clara, senão mesmo um reser-
ao Poder Judiciário, que, com
as relações com o Poder Execu-
está tendo a sua harmonia ul-
da e violentada.

Sr. Ministro da Justiça, ao en-
er que a competência residual
eles atos institucionais e daquela
complementar existe, não o fiz
interpretação própria. Foi buscar
Poder Judiciário a interpretação
na, imparcial e isenta.

ando o Governo, no triste epi-
o de profanação de memórias,
inou o jornalista Hélio Fernandes,
os círculos oposicionistas, senão
a sua unanimidade, bradaram,
lamando a inconstitucionalidade
ela medida. O que fez o Gover-
Remeteu a questão ao exame da
cia Federal na Guanabara e lá o
nente Juiz Evandro Gueiros Lei-
feteceu a seguinte conclusão, ao
ainar a espécie:

"Nestes termos, e de acordo,
em parte, com o que foi requerido
pela douta Procuradoria da Re-
pública às fls. 71, letra a, julgo
por sentença e confirmo a Portar-
ria Ministerial nº 179-E, de 20 de
julho de 1967, para manter a im-
posição da medida de segurança
prevista no art. 16, n. IV, letra c
do Ato Institucional nº 2, no Ar-
tigo 2.º único, do Ato Comple-
mentar nº 1 e mantida pelo Ar-
tigo 173 da Constituição de 1967,
mas determinando ao Sr. Minis-
tro da Justiça que fixe o prazo
de duração da medida nos limites
da lei e promova a remoção do
paciente para localidade conve-
niente, onde possa fixar residên-
cia e prover aos meios de sua ma-
nutenção e da sua família, às suas
próprias custas, sob a vigilância
da autoridade federal do lugar
onde ficar, e para que não possa
permanecer, transitar ou voltar a
residir na Guanabara, enquanto
perdurar a medida."

consequentemente, aquela punição,
luzida em domicílio coato, prevê
nos Ato Institucional e no Ato
complementar, em que se bascia a
taria Ministerial, ora em discussão
a sua constitucionalidade reco-
hecida pelo Dr. Juiz Federal da
Guanabara.

matéria, em grau de recurso, veio
ao colando Tribunal Federal de
ursos e ali, num debate amplo e
a julgamento memorável, decidiu
Poder Judiciário:

"Não se confunde a vigência de
uma lei institucional com o efei-
to residual do que nela, está dis-
posto no tempo. Pode assim, o
Governo, fixar aos cassados, do-
mício determinado."

Então, Sr. Presidente, fico em dú-
vida. O Sr. Senador Josaphat Mari-
nho, com a sua elegância parlamen-
tar e com o seu apressado balancemen-
to bibliotecário, além de procurar con-
firmar as aneddotas tradições cultu-
rais da Bahia imortal, diz quele mi-
crofone que a Constituição de 1957
resultou definitivamente ou como di-
za *Shakespeare*, matou, definitiva-
mente, as imputações e as medidas
previdentes dos atos institucionais e
o Ato Complementar em cujas dis-
posições se inspirou o Governo Costa
e Silva para baixar essa Portaria, por
intermédio do Sr. Ministro da Jus-
tícia. É uma voz respeitável, porém,
isolada.

Por outro lado, o Tribunal Federal
de Recursos, cujos Membros talvez
não sejam tão cultos como o é o Se-
nador Josaphat Marinho, diz que a
competência residual prevalece, afir-
mando:

"Pode assim o Governo fixar,
aos cassados, domicílio declara-
do".

Fico em dúvida, Sr. Presidente.
Forma-se no meu espírito uma con-
troversia e um torvelim de emções
contraditórias. Não sei se, em nome
de exercícios de afetos particulares e,
apenas particulares, dou razão ao dis-
tículo de João Meneses ou não
sei se, como advogado que sou e co-
lega de S. Exa., devo acatamento e
respeito ao Poder Judiciário.

O Governo não baixou esta Portar-
ria porque quis baixá-la. Baixou-a
para combater a subversão; baixou-a
para emagrar a baderna; baixou-a
para botar criminosos e seus compar-
sas na cadeia. Baixou-a, principal-
mente, porque teve o consentimento
interpretativo e, mais do que inter-
pretativo, decisorio de um Tribunal
com jurisdição em todo o território
nacional.

Trazemos, Sr. Presidente, para este
debate, a opinião do Tribunal Federal
de Recursos que afirma ser legítima,
ser legal a adoção das medidas pre-
vistas na Portaria Ministerial.

E o Sr. Senador Josaphat Mari-
nho e toda a sua equipe não testem-
unha a opinião, senão, de um Juiz
substituto da geografia, da imensa
geografia deste País.

O Governo, Sr. Presidente, está
com a opinião judiciária e o Sr. Se-
nador Josaphat Marinho está com a
opinião política, com a opinião da de-
sordem, com a opinião da baderna,
com a opinião da anarquia.

Enquanto, Sr. Presidente, esse acor-
dão, que transitou em julgado, não
for elidido ou não for modificado, é
oportuno que se lembre até que o
Código de Ética dos advogados não
permite que os profissionais do Direi-
to o critiquem, publicamente, princi-
palmente no ambiente parlamentar.
O advogado que assim possa está fe-
rendo o Código de Ética dos advoga-
dos.

Sr. Presidente, disse, no início das
minhas considerações, que é muito
difícil, neste País, combater a bader-
na, mas a baderna será combatida.
Começará pela punição dos cassados,
que não podem exercer atividade po-
lítica alguma, como está proclamado
pelo imperialismo, pela lei e pela
maiestade do Poder Judiciário.
E a punição virá também, igualmente,
na interpretação do Poder Judiciá-
rio, sobre aqueles que com ele se
acompliaram para servir à mazorca
e para desservir ao País. E não será
nenhuma medida arbitrária porque,
no conjunto de medidas legislativas
revolucionárias, cuja validade foi pro-
clamada pelo Poder Judiciário, está

o Ato Complementar nº 1, que, repe-
titivos, dispõe:

"Constitui crime a infração do
disposto no item 3 do Art. 16 do
Ato Institucional nº 2".

E' o artigo que proíbe aos cassados
e aos proscritos desenvolverem ati-
vidades políticas.

"Pena: de 3 (três) meses a 1
(um) ano de detenção".

Pena bem brasileira, Sr. Presidente,
porque, se fosse soviética, a exacerba-
ção seria um fato.

Diz o parágrafo 1º:

"Quem, de qualquer modo, con-
correr para o crime, incide na
mesma pena".

E' a teoria monista, já consagrada
em nosso Código Penal, art. 25:

"Quem, de qualquer modo, con-
correr para o crime, incide nas pe-
nas a ele cominadas".

Então, Sr. Presidente, se um não
cassado prestigia a atividade política
de um elemento cassado, participa e
integra o mesmo conduto crimino-
so, por via de consequência, recebe
a mesma pena.

Aliás, na Doutrina, na Hermenêuti-
ca do Direito Penal moderno, não
mais existe a figura do coator, nem
do cúmplice. Todos são autores dian-
te da lei e têm o mesmo tratamento
penal.

Sr. Presidente, gostaríamos que a
honrada Oposição, ao revés de adotar
interpretações de sentido meramente
político, de natureza tão somente
eleitoral a serviço da baderna, recer-
resse ao Poder Judiciário, como fez
o Governo Costa e Silva, no episódio
Hélio Fernandes, submetendo seu ato,
inicialmente, à apreciação do Juiz
Federal e, depois, induzindo-o ao
Egrégio Tribunal Federal de Recur-
sos.

Se o Poder Judiciário entender que
não é válida essa Portaria, que ela
causa erosão no arcabouço constitu-
cional do País, o Governo da Revolu-
ção que, no acatamento à Justiça,
solta até Miguel Arraes e outros cé-
lebres delinquentes brasileiros, respon-
derá, com seu respeito e acatamento
à decisão do supremo intérprete das
nossas leis.

O Governo, Sr. Presidente, não
ouve, apenas, a opinião política do
"MDB". Esta não influirá no centro
das suas decisões e na sua conduta,
porque, citada, exclusivamente, no
interesse de tumultuar este País, que
realizar agitações, de perturbar o tra-
balho administrativo de um Governo
que vem saneando o País, no campo
moral e na área econômica.

Traga a Oposição, Sr. Presidente,
como traz o Governo, neste instante,
a opinião da Justiça.

Estamos certos de que essa opinião
não será trazida porque o que intere-
ssa ao "MDB", em regime de con-
cubinato com a extinta "Frente Am-
pla", é distrair a atenção do Gover-
no para temas meramente políticos,
enquanto o Governo irá preservar na
conquista do aperfeiçoamento das
nossas instituições democráticas na
defesa feroz da liberdade e, sobretudo,
na tranquilidade da família brasilei-
ra (*Quito bem! Palmas*).

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Não há mais
oradores inscritos.

Passa-se à

ORDEN DO DIA

TRABALHOS DAS COMISSÕES

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A palavra
está franqueada aos Srs. Senadores.
(Pausa).

Nada mais havendo que tratar, vou
encerrar a sessão, designando para a
de amanhã a seguinte

ORDEN DO DIA

SESSÃO EM 9 DE ABRIL
DE 1968

Terça-feira

CALENDÁRIO DOS PROJETOS EM TRAMITAÇÃO NO CO- NGRESSO NACIONAL

I

Projeto de Lei número 10, 1963
(CN) que "Dispõe sobre a utilização
Facultativa dos Serviços de Despa-
chantes Aduaneiros e dá outras pro-
vidências". — Presidente: Senador
José Elmirio; Relator: Deputado
Leon Peres.

CALENDÁRIO

Dia 17-4 — Discussão do projeto,
em Sessão Conjunta às 21 horas e
30 minutos. Prazo: início 14 de ma-
io de 1968; término: 22 de abril de
1968.

II

Projeto de Lei nº 11 de 1963 (CN)
que "Altera a lei nº 4.767, de 13 de
agosto de 1965, promoção de Inicia-
ção de Vagas na Segunda Câmara
Municipal, licenças do serviço público
e incluídas na reserva não remunerada".
— Presidente: Senador Paulo
Tórreres; Relator: Deputado Celso
Filho.

CALENDÁRIO

Dia 16-4 — Reunião da Comissão
para apreciação do parecer do Re-
lator; às 10 horas na sala da Comis-
são de Finanças do Senado Federal.

Dia 16-4 — Apresentação do pa-
recer, pela Comissão;

Dia 17-4 — Publicação do parecer;

Dia 23-4 — Discussão do Projeto em
Sessão Conjunta, às 21,30 horas.
Prazo — Início: 20-3-68; e, Térmi-
no: 28 de abril de 1968.

III

Projeto de Lei nº 12, de 1963 (CN)
que "Dispõe sobre o pagamento de
dívidas previdenciárias através de
imóveis desonerados e dá outras pro-
vidências". — Presidente: Senador
Edmundo Levi; Relator: Deputado
Hamilton Prado.

Dia 16-4 — Reunião da Comissão
para apreciação do parecer do Re-
lator;

As 21,00 horas na sala da Comissão
de Finanças do Senado Federal;

Dia 16-4 — Apresentação de pa-
recer, pela Comissão;

Dia 17-4 — Publicação do parecer;

Dia 23-4 — Discussão do Projeto,
em Sessão Conjunta, às 21,30 horas.
Prazo — Início: 20-3-68; e, Térmi-
no: 28 de abril de 1968.

PROJETO EM TRAMITAÇÃO NO SENADO QUE DEVERA RECEBER EMENDAS PERANTE AS COMIS- SÕES

Projeto de Lei da Câmara nº 42, de
1963 (nº 1.100-63, na Casa de cri-
tem), que dispõe do Orçamento Plu-
rianual de Investimentos para o tri-
ênio 1968-1970.

CALENDÁRIO

De 5 a 23 de abril de 1968 — Apre-
sentação de emendas perante a Co-
missão.

Até 6 de maio — Apresentação dos
pareceres.

Até 8 de maio — Publicação dos
pareceres.

Até 14 de maio — Discussão do
Projeto.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 17 horas e
35 minutos.

Comissão Mista, incumbida de emitir Parecer sobre o Projeto de Lei nº 10, de 1968 (C.I.), que "Dispõe sobre a utilização facultativa dos serviços de Despachantes Aduaneiros e dá outras providências," às 10 horas, de 28 de março de 1968.

Presidente: Senador José Ermírio de Moraes.

Vice-Presidente: Senador José Leite.

Relator: Deputado Leon Perez.

ANEXO DA ATA DA 3ª REUNIÃO REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 1968, ÀS 10 HORAS

Publicação devidamente autorizada pelo Senhor Presidente da Comissão
É a seguinte a íntegra do apanhamento taquigráfico:

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) — Havendo número legal declarado aberta a Sessão.

Esta reunião foi convocada para ouvirmos o Parecer do Relator.

Com a palavra o Deputado Leon Perez, Relator desta Comissão.

O SR. DEPUTADO LEON PERES (Relator) (Lê o seguinte Parecer)

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) J— Senhores membros da Comissão, existe Requerimento do Deputado Martins Júnior, nos seguintes termos:

"Requeiro a V. Exa., nos termos do art. 109, do Regimento Interno do Senado Federal que a presente reunião se realiza em caráter secreto, ressalvando a publicação contida nesse dispositivo a presença dos Srs. Congressistas, dos funcionários a serviço, inclusive a Taquigrafia.
Sala das Reuniões, 26 de março de 1968".

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) — Tem a palavra, o nobre Senador Aurélio Vianna.

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — Sr. Presidente, eu estranho o Requerimento que foi formulado. É a primeira vez que acontece isto, quando das nossas reuniões.

O SR. FERNANDO CORRÊA — Ontem, na Comissão de Finanças, ficou resolvido que as sessões daquela Comissão serão secretas.

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — Estou falando que é a primeira vez que isso acontece na reunião das Comissões Mistas. Eu, membro da Comissão de Finanças, não votaria a favor, nunca, de medida desse tipo.

Em todos os Paramentos democráticos, do Mundo, dão-se todas as oportunidades ao povo que elege os Parlamentares, não só de fiscalizar as suas ações, como também de presenciar os seus debates.

Sómente em casos excepcionais, nos as Reuniões são secretas, quando se trata, muitas vezes, de segurança nacional, nas Comissões de Relações Exteriores em que são prolatados certos Pareceres que interessam à Segurança Nacional, ou certos documentos que são ultra secretos e que não podem ser transferidos para o público, devendo ficar num círculo muito restrito por medida de segurança interna nacional e externa do País.

Creio que todos nós nos sentiremos satisfeitos por saber o que estamos discutindo e que não estamos pressionados. Creio que Deputados e Senadores não estão pressionados, nem pelo Governo, nem pelo Governo, nem pelos interessados. E, se houvesse pressão do Governo e dos interessados, teríamos plena liberdade de autoridade moral para reagirmos a toda pressão que nos levasse

a cometer ingenuidades, porque a pressão vem de uma das características fundamentais do sistema do próprio Governo. Não há país no mundo em que não haja pressão que seja considerada fatídica da parte dos interessados, porque funciona o direito do povo como verdadeiros assessores dos parlamentares.

Estou entendendo, Sr. Presidente, pois já houve aqui debates acalorados sobre esse assunto, e sempre dentro daquele sistema que vem caracterizando as reuniões do Congresso, principalmente das Comissões Mistas.

O Nobre Relator já deu seu Parecer...

Quer dizer, o único homem que poderia ser pressionado de tal modo que pudesse mudar o seu parecer já prolatou o seu parecer, já é do conhecimento público o seu parecer. Se nós dissésemos para que o nobre Relator pudesse ter plena liberdade, sem sentir coação psicológica nenhuma, vamos, então, ouvir o seu relatório em sessão secreta. Ninguém vai tomar conhecimento, já agora, se tomasse conhecimento — ou seria contra de qualquer maneira — mas, agora, já se tem conhecimento do parecer do Relator, que o deu livremente, com um auditório que se está portando como sempre — não é de agora, todos nós reconhecemos isto — sem nos ofender, sem exigir, mesmo porque não têm essa força para exigir coisa nenhuma, solicita como qualquer cidadão pode solicitar. Eu gostaria, com franqueza, que nós não acetéssemos, e quase apelaria para o autor do requerimento, no sentido de que o retirasse, porque, na verdade, eu até mesmo acredito que, numa sessão secreta, os debates seriam muito mais acalorados e mais duros. É bom mesmo que a sessão seja pública, porque, aqui, a gente se contém, quando a sessão é pública; e quando a gente está fechada a gente explode com muito mais facilidade. Então, se o motivo é evitar debates entre nós acalorados, é muito melhor que sejam públicos, porque, acalorados, os debates serão sempre e mais democráticos.

Sr. Presidente, eu faria esse apelo a S. Exa., porque não acredito que o autor do requerimento o tenha feito com essas intenções fugindo à sua responsabilidade. Não acredito nisso.

Era o que desejava dizer.

O SR. DEPUTADO MARTINS JÚNIOR — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO (Presidente) — Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Júnior.

O SR. DEPUTADO MARTINS JÚNIOR — Sr. Presidente, o nobre Senador Aurélio Vianna terminou suas considerações informando que as minhas atitudes sempre foram — e acredito que realmente sempre o foram — muito claras.

Quando fiz esse requerimento foi no sentido de que possamos discutir entre nós, sem que os despachantes saibam os nossos pontos de vista.

Há certas coisas que devem ficar entre nós, que estamos interessados em discutir, e não que eles venham a saber, embora possam vir a saber depois o que foi discutido. Mas nós, que vamos resolver, que vamos discutir, e muitas vezes dizer coisas contra o Governo, não é interessante a nós discutirmos coisas na presença deles.

És porque temei a deliberação — não de ser contra os despachantes porque eles sabem que o seu contra — para que eles não ouçam coisas que não devem ouvir.

Por isso não posso retirar o meu requerimento. Éra isso, Sr. Presidente, que tinha a dizer.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO LUCENA — Sr. Presidente, peço a palavra.

ATA DAS COMISSÕES

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Presidente) — Tem a palavra o Sr. Deputado Humberto Lucena.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO LUCENA — Sr. Presidente, em que momento o projeto que tenho pelo nobre colega, estou inteiramente com o Senador Aurélio Vianna nos considerações que fez ao encaminhar a votação desse requerimento.

Não há dúvida de que, pelo menos no seio das Comissões Mistas do Congresso Nacional, nunca ocorreu o precedente, até porque deve ser do interesse de cada um de nós, aqui, claramente diante do povo, sobre uma situação como essa, em que se encontra o País, onde nem sempre nós podemos fazer aquilo que se costuma fazer numa democracia.

A ser procedente o ponto de vista do nobre autor do requerimento, então, Sr. Presidente, S. Exa. deveria fazer como conosco do MDE, para que, inclusive, se mantido, aliás, contra o nosso ponto de vista, na Constituição, o sistema de eleição indireta do Presidente da República que a votação no Plenário do Congresso Nacional não fosse a descoberto. S. Exa. sabe que os dois últimos presidentes da República foram escolhidos pelo Congresso Nacional tanto o Marechal Castello Branco como o Marechal Costa e Silva, mediante o pronunciamento público de cada Deputado e cada Senador, em votação nominal.

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — Sobre o projeto, já existe de fato um entendimento entre ambas as facções políticas: um ou outro ponto de importância é que pode merecer consideração, para aperfeiçoar o projeto, sem tirar do substitutivo a sua linha-mestra.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO LUCENA — De forma que se para escolher o próprio presidente da República o Congresso Nacional votou sem ser pelo sistema secreto, como é que agora, num assunto de tão melhor importância, votaremos secretamente para deliberar? Além do mais, se houvesse razão de ser no requerimento de S. Exa. também, por outro lado, as sessões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal relacionadas, por exemplo, com aumento de vencimentos dos servidores públicos civis e militares, deviam ser secretas, quando não são, as partes estão presentes assistindo a todos os debates.

De modo que, Sr. Presidente, estou plenamente de acordo com o ponto de vista do nobre Senador Aurélio Vianna.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) — Vaise proceder à chamada para votação do requerimento.

(Procede-se à chamada)

O SR. SENADOR RUY CARNELIRO — Sr. Presidente, voto não porque acho que essa matéria deve ser do conhecimento de todos, assim como os pareceres do ilustre Sr. Relator, que tem comparecido a todas essas sessões. Não é do meu partido mas S. Exa. tem agido com serenidade absoluta. Desde que o assunto não seja de segurança nacional não deve nunca ser secreto.

O SR. DEPUTADO LEON PERES (Relator) — Sr. Presidente, voto contra o requerimento.

Respeito as razões do autor do requerimento. Contudo, penso é mais útil que todos os interessados assistam às reuniões, pois é natural, no decorrer de um processo como este, sejam cometidas injustiças, até mesmo por desconhecimento do que se discute e sobre o que se delibera. Algumas foram cometidas no passado.

Murmurava-se à boca pequena, nos corredores, que o Governo ora estava contra os despachantes, para favorecer as comissões de despachos, ora ele estaria favorecendo alguns privilegiados seus, em detrimento de outras classes, enfim, alegações as

mais absurdas, acredito todas de bom-fé, mas fundamentadas exatamente na ignorância de como se processa o trabalho da Comissão e como funciona o sistema no Congresso Nacional.

Sr. Presidente, jamais aceitei a ideia de uma comissão ser pressionada. Nunca eu o seria. Aceito sempre reivindicações, as alegações que os interessados fazem, mas me sinto à vontade para manifestar, como eu quero, para estar mais bem informado e tranqüilamente. Acredito que o comportamento de todos os representantes soberanamente o país no Parlamento.

Por estas razões, pedindo votos sobre o projeto de Aurélio Vianna, quem muito admiro e respeito, eu voto contra o requerimento.

O SR. PRESIDENTE JOSÉ ERMÍRIO — Recusada a proposta Deputado Martins Júnior. Existe duas Subemendas. A primeira:

"Elimine-se do Art. 1º do Substitutivo apresentado pelo Relator a expressão: "inclusive cabotagem."

E em seguida, discute o Art. Substitutivo, depois da expressão "classe" e antes da palavra "cabo" o seguinte: "Quando do desembarque das mercadorias."

Passo ao Relator para a sua devota apreciação.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO LUCENA — Sr. Presidente, pela ordem.

Tendo o Relator concluído a leitura de seu Parecer, não será, Sr. V. Exa., colocar a matéria em discussão? A minha palavra tem a intenção de ser porque já ai se transfere a um questão de ordem — que colocarei perante V. Exa. E que uniram uma Comissão Mista para o assunto, creio que para o projeto que regulará a situação dos servidores ociosos que, em que o Relator o José Lindoso, foi levantado seguinte ponto: o substitutivo apresentado pelo Relator, ao concluir seu parecer. E apenas uma sugestão...

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) — Naturalmente que é.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO LUCENA — ... Só ao final, ter da discussão do debate sobre a matéria, a que o Relator, de acordo com as normas, redigirá o parecer, incluindo ou não por substitutivo, aceitando ou não modificação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) — Uma vez que todos conhecem o Relatório feito pelo Deputado Leon Perez e apenas existem duas Subemendas, depois de ouvido isso, nós voltaremos a estudar o Relatório dele...

O SR. DEPUTADO HUMBERTO LUCENA — Sr. Presidente, permito V. Exa., pela ordem. Eu creio que do ponto de vista regimental, V. Exa. não poderia fazer assim porque agir desta maneira, estaremos aceitando em definitivo o Substitutivo do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) — Imagine-se, se por acaso ele negar, começa-se a discutir inclusive dessas duas Subemendas não se deixava para o fim.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO LUCENA — Mas está fora do Regimento. Eu gostaria que V. Exa. casse dentro das normas. Conheço o espírito democrático de V. Exa. a sua formação de Líder e a minha creio que a Comissão não pode deixar de cumprir as normas que se traçam.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) — Já fizemos aqui, uma e andou depressa. Não tenho nada contrário, é para dar andamento mais rápido ao trabalho.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO LUCENA — A questão de ordem seguinte: põe-se em discussão, o Relator recebe as emendas e subemendas. E, depois, conforme o resultado da matéria, o Relator relatará o voto.

O SR. PRESIDENTE (Mendonça José Américo) — Há reconhecimento, formulado pelo nobre Deputado Humberto Lucena, no sentido de que, antes da discussão e votação do parecer do RE-

lato, quanto ao mérito do Projeto nº 11, de 1938, cuja summa é a deliberação do plebiscito a respeito da inconstitucionalidade da proposição, que fez o Art. 150 da Constituição Federal, quando não respeitava os direitos adquiridos dos Despachantes Aduaneiros.

Em votação o requerimento.
O Sr. Secretário irá proceder à chamada. (Pausa)

Seis Srs. Congressistas votaram pela constitucionalidade do projeto e quatro Srs. Congressistas votaram contra a constitucionalidade.

O requerimento foi rejeitado.
Passa-se, agora, à votação do Relatório, salvo as subemendas e os destaques.

O SENHOR SENADOR AURELIO VIANNA — Sr. Presidente, baseio-me nos artigos 7º, 8º e 12 das Instruções. O parecer do relator conclui por um substitutivo; esse substitutivo, na verdade, tem que ser votado no fim.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermirio) — Estou de acordo, mas o Deputado Lucena pediu para ser diferente.

O SENHOR SENADOR AURELIO VIANNA — Foi mal entendido o Deputado. Temos que votar as emendas com parecer favorável, salvo os destaques; depois as emendas com subemendas, salvo os destaques; depois, as emendas com parecer contrário, salvo os destaques. E quem pedir destaque para emenda com parecer favorável, é para rejeitar; quem pedir destaque para emenda com subemenda, é para rejeitar; quem pedir destaque para emenda com parecer contrário, é para aprovar. Depois do que, o Sr. Relator concluirá por um substitutivo, se achar conveniente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermirio) — Vamos apreciar então, primeiramente, as emendas com parecer favorável.

Em síntese, as emendas com parecer favorável do Sr. Relator são as seguintes: nºs 10, 20 e 32, que estão em discussão.

O SENHOR SENADOR AURELIO VIANNA — Sr. Presidente, para esclarecer o Plenário que se trata de matéria de grande importância gostaria que V. Exª mandasse ler, então, as três emendas que têm parecer favorável do Senhor Relator, para então se saber se se vai destacar ou não, ou se vai aprovar ou não.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermirio) — Solicito à Secretaria da Comissão que proceda à leitura das Emendas nºs 10, 20 e 32.

A SRA. SECRETARIA — (Lê as seguintes emendas) Emenda nº 10:

"A Ementa passará a ter a seguinte redação:

E dispõe sobre serviços de Despachantes Aduaneiros, e dá outras providências".

Emenda nº 20:

"Art. 1º

Acrescente-se:

Após a palavra "despachantes" a expressão "aduanheiros".

Emenda nº 32

"Art. 3º. O processamento de desembaraço e despachos de importação, exportação e reexportação, perante as Alfândegas, Estações Aduaneiras e Mesas de Rendas da República, será promovido, em todos os seus trâmites, somente por despachante aduanheiro, por si e seus ajudantes, aplicando-se-lhe o disposto no artigo 3º da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962."

O SENHOR SENADOR AURELIO VIANNA — Sr. Presidente, a emenda primeira, do Deputado Raymundo Padilha, visa a retificar um erro, por que a emenda do projeto trata da facultatividade dos trabalhos dos despachantes aduanheiros. Quer dizer, considerava realmente, porque a cabeça de tudo, os despachantes como exercendo

uma profissão facultativa. Então, venho a inconstitucionalidade, S. Exª apresentou a emenda, que o nobre relator aceitou, e que regulava, na verdade a profissão do despachante aduanheiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermirio) — Em votação.

Os Srs. Membros da Comissão que aprovam as emendas queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovadas.

Emendas prejudicadas: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 16, 19 e 28 salvo os destaques.

Em votação emendas com pareceres contrários salvo destaques para subemendas. São as de nºs: 11 — 13 — 14 — 15 — 17 — 18 — 21 — 22 — 23 — 24 — 25 — 27 — 30 — 31 — 34 — 41 — 42 — 44 — 43 — 45. (Pausa).

Estão rejeitadas.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermirio) — Em votação as Emendas com subemendas, São as Emendas números 26 — 29 — 33 — 35 — 37 — 38 — 39 — 40. (Pausa)

"Estão aprovadas.

O primeiro destaque é de autoria do Senador Aurélio Vianna.

Passaremos às Emendas e aos destaques.

O primeiro destaque é do Senador Aurélio Vianna para Emenda nº 11. Diz S. Exª, em seu Requerimento:

"De acordo com o tipo das normas de trabalho da Comissão, requerio destaque para a Emenda nº 11."

A Emenda nº 11, ao Art. 1º é a seguinte:

"A partir de 1-7-970 a movimentação no Território nacional, de qualquer mercadoria, de qualquer via, inclusive cabotagem que independe da intermediação do despachante aduanheiro."

Para encaminhar a votação do destaque está com a palavra o Senador Aurélio Vianna.

O SENHOR SENADOR AURELIO VIANNA — Sr. Presidente, e nobres Colegas. É a tal Emenda que dá uma cobertura à adaptação às novas condições aqueles despachantes, particularmente aqueles despachantes das regiões menos desenvolvidas, que são as do nordeste, do extremo norte, do centro e até do leste.

Esta emenda foi inspirada, inclusive, num pensamento, numa emenda do nobre Relator desta matéria, o nosso colega Leon Perez, quando se discutia aquela proposição que foi acimada de inconstitucionalidade e mantida a decisão da Comissão pelo Plenário.

Eu noto, pelo contacto que venho tendo, que alguns membros da Comissão não estão muito inclinados a aceitar a emenda como se encontra, em virtude de considerarem que as tabelas de cabotagem são muito altas.

Eis porque, se esta emenda não for aprovada eu já tenho uma Subemenda sobre ela, que consistência a sugestão de um elemento da própria classe, dos mais prejudicados que, em dessepeço, declarou: nós aceitamos que a nossa sobrevida para readaptação constasse de janeiro de 1970, talvez um prazo até 31 de dezembro de 1969.

Então, estou com a Subemenda:

"A partir de 31 de dezembro, de 1969 a movimentação no território nacional de qualquer mercadoria, por qualquer veículo de cabotagem, independe da intermediação do despachante aduanheiro."

"§ 1º que as tabelas serão reduzidas de 50%."

Apresento a Subemenda, Sr. Presidente, constrangido, confesso. Mesmo porque, em tese e em princípio, mantenho a posição anterior, contra qualquer projeto que viesse a prejudicar essa classe.

Mas, nós temos que ser objetivos, realistas, claros. Não devemos arriscar demasiadamente e, se perdemos uma parada que prejudique a totali-

dade da classe, amanhã a própria classe nos acusaria de inabilidade política, de insensibilidade política. Não teríamos plasticidade política para lidar com coisa nenhuma. E, estamos muito conscientes do que estamos fazendo.

Então, Sr. Presidente eu pediria que fosse votada, em primeiro lugar, a emenda com subemenda apresentada, porque acredito o Relator manie nas aceitação das emendas o princípio, que é o compromisso do Sr. Ministro da Fazenda.

E nós esperamos que esta Comissão completa, mesmo sabendo, o que foi acordado com a aprovação desta emenda, com as subemendas apresentadas. Minha pergunta, Sr. Presidente, é esta: se for rejeitada a emenda, serão consideradas as subemendas?

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermirio) — Tem a palavra o Senhor Relator.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO LUCENA — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermirio) — Tem a palavra o Senhor Deputado Humberto Lucena.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO LUCENA (Pela Ordem) — Sr. Presidente, tenha uma emenda, a de número 44, para a qual requerir destaque, cuja redação é a seguinte:

"Inclua-se onde couber:

"O disposto no art. 1º e seu parágrafo único, desta Lei, regulará as atividades profissionais dos despachantes aduanheiros, autorizados a exercer as suas funções, após o início de sua vigência."

Pretendo, com a emenda, que o disposto no art. 1º isto é, aquelas normas disciplinadoras das operações, no território nacional, relacionadas com o comércio exterior, inclusive o de cabotagem, só vigorariam para os futuros despachantes aduanheiros. O dispositivo, portanto, não se aplicaria aos atuais despachantes.

Ora, se a emenda do Senador Aurélio Vianna, que marcou um prazo diferente — a de S. Exª estabelece 31 de janeiro de 69 — for aprovada, a minha emenda estará prejudicada porque o prazo dela é maior.

Dai o por que da minha questão de ordem pedindo preferência para a discussão e votação do meu destaque.

Agora, se esse meu destaque for recusado valerá o de S. Exª.

E o que pediria a S. Exª, data vinda do nobre Senador Aurélio Vianna cujos altos propósitos eu sei quais são, mas apresentei essa emenda inclusive para atender apelos dos despachantes da minha região.

O SR. SENADOR JOSE ERMIRO (Presidente) — Darei a palavra ao Relator para encaminhar a votação.

O SR. DEPUTADO LEON PEREZ (Relator) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, vou começar usando de franqueza. Não quero dizer que pretenda ser incorreto ou indelicado com qualquer dos colegas, mas recebo, e com grande estranheza, a proposição do nobre Senador Aurélio Vianna acabou de apresentar e pela qual se bate, porque entendi — e assim também entendi o Governo — na última reunião que aqui realizamos com a presença do Sr. Ministro da Fazenda, que havíamos chegado — representantes do Governo e da Oposição nesta Casa — a uma solução de compromissos, não de compromisso espúrio, não de entendimento subreptício, mas compromissos que pudesse, ao mesmo tempo, acatular as necessidades do Governo, no setor administrativo sobre o que trata o projeto, e não deixar ao desamparo a classe dos despachantes. Foi nesse sentido e apenas nesse sentido, que o Sr. Ministro da Fazenda cedeu, e cedeu reiteradamente, acolhendo as emendas de autoria do Senador Aurélio Vianna dentro do pressuposto, que me parece ficou bem claro naquela reunião, de que aquela fórmula

representaria a solução final, seria do acordo geral dos representantes do Governo e da Oposição nesta Comissão.

Sou agora surpreendido, Sr. Presidente, com a insistência na proteção do prazo para entrar em vigor essa disposição, e também com a palavra do Deputado Humberto Lucena, que se bate pelas emendas. Então, Sr. Presidente, gostaria de saber em que ficamos.

Ficamos no que tratamos, na última reunião da Comissão, que seria acordar-se uma solução definitiva para o caso, ou continuamos na luta, que me parece estéril, de uns querermos tudo para os despachantes e outros não poderem ceder nada?

Porque foi nesse sentido que o Governo cedeu.

E' verdade que, no meu substitutivo, consagrei o princípio de que essas disposições deveria vigorar a partir de 1970. Mas lembrou-se os Senhores Congressistas de que o Governo, naquela ocasião, se mantinha irreduzível em sua posição. Achava que não podia ceder, nem quanto ao comércio exterior, nem quanto ao comércio interno, nem tampouco na questão de importação e exportação como também na da cabotagem.

Apesar dos inauditos esforços do Senador Daniel Krieger, presidente da ARENA, dos meus também — e hoje posso revelar, porque na ocasião tinha que fazer gestões com a disciplina que me obrigavam a qualidade de Relator e a de integrante da bancada da ARENA na Câmara, inclusive Vice-Lider da Bancada na Câmara — Deputados — nos cansamos de ponderar junto ao Governo, até que se alcançasse uma situação intermediária entre o que se propunha e o que se pedia. Isso foi o que propusemos os dignos membros da Comissão, e ficou assentado e recebemos deles, pelo menos através das vozes as mais autorizadas dentre as quais inclui o nobre e bravo Senador Aurélio Vianna, a expressão de que compromisso assentado pelo Sr. Ministro da Fazenda teria curso tranqüilo e pacífico naquela outra comissão. Por isso desejo saber se estamos dentro do entendimento da outra comissão ou dentro da luta, que parecia a muitos entre a posição do Governo e contra outros em favor dos despachantes aduanheiros.

Era a consulta que me permitia fazer ao Senador Aurélio Vianna, com todo o respeito que lhe tenho.

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — Em primeiro lugar todos estamos lembrados de que o Sr. Ministro da Fazenda recebeu aqui uma infinidade de críticas porque o Governo, a nosso ver, tentativa aniquilar a classe dos despachantes aduanheiros. S. Exª foi sensível a muitas dessas críticas e aceitou algumas sugestões que melhoravam o projeto do Executivo, salvando do aniquilamento a classe dos despachantes aduanheiros.

Na verdade aceitamos uma proposta do Governo, o Governo aceitou aquelas sugestões que iam apresentando sobre pontos essenciais. Dirigi-me, depois, ao Senador Daniel Krieger e disse a S. Exª: há um caso que não foi abordado, é o caso daqueles despachantes aduanheiros que vão ser praticamente liquidados, porque suas regiões são pobres, não exportam, nem reexportam. Mesmo no Rio Grande do Sul, tirando-se os despachantes da Capital, praticamente os outros se diluirão na mais completa miséria se não apelarem para outra atividade, porque seus ganhos serão reduzidos, serão substancialmente reduzidos.

Este o esclarecimento que estou dando à Comissão.

Dirigi-me ao Ministros dos Transportes. Falei sobre a sobrevida. Se o Governo da outra vez aceitou o parecer de V. Exª que dava sobrevida, é até de se ver que nós, por coerência, achávamos que o mesmo Governo aceitasse uma emenda dando essa

Ora, que faz o Governo?

Mantém-se a obra, torcendo de função do deputado as suas operações de comércio exterior, com exação de quebra sobre a no. 31, depois de ter sido pela ordem do Deputado Agostinho Pimenta, feita pelo nome Rector. É a, quando as operações do comércio exterior, exclusivas do estatuto, modificam-se em função a produção do comércio estrangeiro, quando os valores que as operações desse tipo podem influir de maneira pelo dono ou pelo constituinte da mercadoria.

A emenda que apresentei procura resguardar os direitos adquiridos, de acordo com a Constituição, dos atuais despachantes aduaneiros do Norte e do Nordeste.

Diz a emenda: (12)

"O disposto no art. 1º e seu parágrafo único desta lei, regulará as atividades profissionais dos despachantes aduaneiros, autorizados a exercer as suas funções, após o início de sua vigência.", isto é, aqueles que, no momento, já são despachantes aduaneiros nessas regiões. Continuam preservadas suas comissões, a continuarem a exercer suas atividades, de acordo com a legislação em vigor.

Agora, os que forem acrescentados a partir da publicação da lei, então passarão a se submeter aos novos dispositivos.

Portanto, a emenda procura resguardar os direitos adquiridos.

Quanto à diminuição das comissões, é outro problema que, após minha emenda, será objeto de discussão.

Sr. Presidente, pediria a Vossa Excelência colocasse em votação, de preferência, minha emenda, com votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) — Em votação o destaque do Deputado Humberto Lucena.

(*Procede-se à chamada para votação nominal.*)

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Presidente) — Passaremos, em seguida, à votação do destaque do Senador Aurélio Vianna, a Emenda número 11 ao art. 1º, segundo a qual a partir de 1 de julho de 1970, a movimentação no Território Nacional, de qualquer mercadoria, de qualquer via, inclusive cabotagem independente de intermediação do despachante aduaneiro.

Em votação.

(*Pausa.*)

A emenda foi rejeitada. O próximo destaque é da Emenda nº 18, do Deputado Humberto Lucena.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO LUCENA — Senhor Presidente, esta emenda é do mesmo teor da anterior, só que, ao invés de referir-se ao artigo 1º, refere-se a toda a lei.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) — Está prejudicado.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO LUCENA — Retiro o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) — Outra emenda do Deputado Humberto Lucena, a emenda 19, diz:

Dê-se, ao art. 1º que passará a ser o art. 2º do Projeto, a seguinte redação:

"A movimentação no território nacional de qualquer mercadoria nas operações de comércio interior, inclusive por via de cabotagem, independente da intermediação de despachantes aduaneiros.

Parágrafo único. As operações a que se refere este artigo poderão ser processadas, em todos os seus trâmites, junto aos órgãos competentes, pelo dono consignatário da mercadoria ou por qualquer preposto devidamente credenciado."

O SR. DEPUTADO HUMBERTO LUCENA — Sr. Presidente, a emenda procurou ficar dentro da exposição de motivos do Sr. Ministro da Fazenda, quando diz ao iniciar:

"Tenho a honra de submeter à alta consideração de V. Exa. projeto de lei anexo que dispõe sobre autorização facultativa dos serviços dos despachantes aduaneiros nas operações de comércio interior, inclusive por via de cabotagem."

Entretanto, no texto do artigo 1º, não se fala no comércio interior. Fala-se nas operações ou movimentação no território nacional, por qualquer veículo, inclusive de cabotagem.

Quer dizer, a emenda dá nova redação, de acordo com a exposição de motivos.

Não sei porque o Relator deu Parecer contrário.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) — Com a palavra o Senhor Deputado Leon Perez — Relator.

O SR. DEPUTADO LEON PEREZ (Relator) — Sr. Presidente, Senhores Membros da Comissão, é muito simples, eu nada tenho a opor à forma de redação do Sr. Deputado Humberto Lucena. Apenas, data venia, parece-me redundância, porque movimentação no território nacional, de qualquer mercadoria, entende-se no comércio interior.

Desde que seja importação ou exportação, uma base dessa comercialização que não está sendo feita no território nacional, entendo que não há nenhuma objeção. O que o Senhor Ministro da Fazenda e nós focalizamos, aqui, foi excluir, apenas, a cabotagem, as operações de comércio interior, da obrigatoriedade da intermediação dos despachantes.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) — Destaque para a Emenda nº 30, do Sr. Deputado Humberto Lucena, que suprime o art. 3º do projeto.

Os Senhores Congressistas que o aprovam, queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Retirado.

Passamos, agora, ao destaque de autoria do Sr. Deputado Erasmo Pedro, sobre a Emenda nº 31.

Tem a palavra o Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO ERASMO PEDRO — Sr. Presidente, Srs. Congressistas a emenda torna facultativa a utilização dos serviços dos Despachantes Aduaneiros em operações em que forem interessadas a União, os Estados, os Municípios, Territórios, Autarquias e demais entidades bem como as sociedades de economia mista.

Visa a emenda, que é de autoria do Deputado Montenegro Duarte, a exclusão do Item C, Sociedades de Economia Mista.

Agora, nós sabemos que pelo sistema que se está adotando, atualmente, na economia nacional, que o Estado, cada vez mais, penetra nas atividades privadas, e que está-se constituindo com outros grupos de capitais através de Sociedades de Economia Mista.

A faculdade a estas sociedades de tornar facultativa a utilização dos serviços dos Despachantes Aduaneiros cria um privilégio para elas, e como elas concorrem, no plano das utilidades econômicas, com as entidades privadas, não seria justo que se dessem a essas sociedades outras facilidades para elas concorrerem com outras entidades de caráter econômico, ainda mais facultando a utilização dos serviços dos Despachantes Aduaneiros. Se é necessário às entidades privadas a utilização desses serviços, também queremos esses bons serviços para as sociedades de economia mista. Por isso a emenda supressiva é apresentada pelo Deputado Montenegro Duarte.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) — Com a palavra o Senhor Relator.

O SR. DEPUTADO LEON PEREZ (Relator) — Sr. Presidente, poderia citar algumas sociedades de economia mista, e acredito que sua simples menção poderia orientar alguns membros da Comissão sobre como votar.

Pergunto a V. Exas. se acham que a ELTROBRAS, USIMINAS, Volta Redonda, Companhia Vale do Rio Doce e tantas outras empresas que operam, neste País, com capital estatal, e que, portanto, não têm caráter comercial privatista, e sim promovem o desenvolvimento de diversas regiões do País, devem ser obrigadas a recorrer a serviço de despachantes aduaneiros para desembarcar, nas

alfândegas a importação de bens de que necessitam para constituir seu parque de trabalho e desenvolvimento, ou se, caso contrário, devem também ser obrigadas a usar o serviço de despachantes quando promovem a exportação desses produtos que constituem a base do desenvolvimento nacional?

Portanto, se é justo, o Governo acolheu quando aceitou a intermediação dos despachantes nas atividades privatistas que visam lucro — e aqui a diferença a acentuar, — essas empresas não têm caráter de lucro, como as empresas comerciais privadas; e a que visam, fundamentalmente, é promover o desenvolvimento nacional. E tanto é assim que, na maioria delas, a maioria de capital é do próprio Estado, da própria União.

Então, sem fazer assim uma concorrência desleal, estabelecer critérios diferentes, é que estas têm natureza diversa e poderia citar exemplos, mas não quero citar nomes, onde há o absurdo de empresas integradas na grande obra do desenvolvimento que pagam, por mês, aos despachantes aduaneiros, cerca de vinte, trinta a quarenta por cento para poder operar. Pergunto, então, se está de acordo com a realidade nacional que, para se atender a um direito para os despachantes aduaneiros, para se conceder a estes, se prejudique ao interesse de oitenta milhões de brasileiros.

Esse o sentido da nossa recusa à emenda do nobre Deputado Erasmo Martins Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) — Passa-se ao destaque para a Emenda nº 31.

Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) — (*Procede-se à votação*)

10 Srs. Membros da Comissão votaram a favor; 9, contra.

Aprovada a emenda. (*Pausa.*)

Passa-se ao último destaque, para a Emenda nº 45, também do nobre Deputado Humberto Lucena, a quem dou a palavra.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO LUCENA — Sr. Presidente, a presente emenda visa amparar a situação dos servidores que são fiscais das Rendas Aduaneiras do Ministério da Fazenda, no sentido de que participem também da cota da arrecadação correspondente aos tributos que fiscalizam, para efeito do disposto na letra "c" do § 1º do art. 4º do Decreto número 58.877, de 28 de fevereiro de 1966.

A emenda faz-se necessária tendo em vista que é do maior interesse do Poder Executivo dotar-se de normas as mais eficientes para o desenvolvimento da fiscalização. Pelo que propomos, será definida, de modo expresso, em lei, a competência dos agentes fiscais do Imposto Aduaneiro quanto ao tributo por esses fiscalizados. O que ocorre, no momento, é que esses servidores não participam da arrecadação, embora arrecadem esse tributo. Só os fiscais do imposto de consumo é que são aquinhoados com os percentuais na arrecadação de tributos dessa natureza. Daí a justiça da emenda para a qual peço aprovação da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) — Com a palavra o Relator para fazer o encaminhamento da votação.

O SR. DEPUTADO LEON PEREZ (Relator) — Sr. Presidente, Senhores Membros da Comissão, eu talvez não tivesse dúvidas em dar acolhida à proposição de autoria do Deputado Humberto Lucena. Parece-me, de início, que ela não vem bem numa lei que trata de despachantes aduaneiros, porque ela trata de fiscalização que é parte essencial de Rendas Aduaneiras do Ministério da Fazenda. O que nós estamos procurando regulamentar é a atribuição da disciplina do serviço de despachantes aduaneiros. De modo que, Sr. Presidente, digo

ao Deputado Humberto Lucena que poderia dar acolhida à sua disposição, se vinda num outro Projeto de Lei, se apresentada como Emenda, outra proposição atinente a essa matéria específica. Como está, perdoo-me V. Exa., sem entrar no mérito, parece-me que esta Emenda deveria ter sido recusada por impertinente à matéria.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO LUCENA — Se não foi julgada impertinente, acredito que o nobre Relator, com a sua boa vontade para com a Emenda, deveria, entrar no mérito. Porque o problema da impertinência foi preliminar. O que se vota, no momento, é o mérito da Emenda. Então, se S. Exa. desse o parecer, no mérito, a Comissão teria condições de votar a matéria.

O SR. DEPUTADO LEON PEREZ (Relator) — Meu Parecer, Deputado Lucena, é o seguinte: considero a matéria impertinente ao assunto sobre o qual versa a discussão da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) — Porei em votação o último destaque do Deputado Humberto Lucena.

Procede-se à votação.

A Emenda foi rejeitada.

Temos apenas 5 Subemendas a apreciar.

Subemenda à Emenda nº 11: "A partir de 31 de dezembro de 1969 a movimentação no território nacional de qualquer mercadoria, por qualquer via, inclusive cabotagem, independente da intermediação de despachante aduaneiros.

As comissões por serviços prestados por Despachantes aduaneiros de cabotagem, sofrerão a redução de 50% nas tabelas atuais."

Com a palavra o nobre Senador Aurélio Vianna, seu autor.

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — Esta emenda é aquela que resolve o caso dos Despachantes Aduaneiros das zonas mais atrasadas do País.

Não quebra a linha mestra do projeto, dá apenas um prazo de sobrevivência, com a redução, inclusive, de 50% nas tabelas de cabotagem.

O SR. DEPUTADO MARTINS JÚNIOR — De um modo geral, tudo?

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — A Subemenda se detém no artigo 1º. Estabelece uma redução de 50% nas tabelas de cabotagem, no Brasil, porque não pode alcançar o que já foi aprovado, inclusive. E, nós vamos nos ater a essa segunda análise.

Sim, porque se refere ao artigo 1º e toda referência do Deputado Martins Júnior, inclusive, foi sobre cabotagem. Quer dizer, sobre circulação de mercadoria dentro do país. Al, engloba tudo.

Em síntese, eu represento a Guanabara, mas sou dos subdesenvolvidos. Eu sou nordestino. Eis, porque, eu voto a favor do povo. De qualquer maneira, eu não estou traíndo nem trai minha consciência.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) — Com a palavra o Senhor Deputado Leon Perez — Relator.

O SR. DEPUTADO LEON PEREZ (Relator) — Sr. Presidente, acho que o Deputado Martins Júnior lembrou muito bem. A emenda se refere à redução apenas na tabela referente aos serviços de despachante na cabotagem. Por que não no comércio exterior? Por que não na importação e exportação?

Se V. Exa. me permite terminar, digo que, se é justo que se reduza a tabela de serviços daqueles que trabalham na cabotagem, também é justo que se regulem as atividades dos que trabalham na importação e exportação. Esta foi a origem da menção do Governo, que não aceitamos o que havíamos sugerido. Cedemos quanto ao comércio exterior, no pres-

(Levanta-se a sessão às 13,45 ho-
ras. P)

M E S A

Presidente — Gliberto Marinho (ARENA — GB)
 1º Vice-Presidente — Pedro Lindovico (MDB — GO)
 2º Vice-Presidente — Rui Palmeira (ARENA — AL)
 1º Secretário — Dinarte Mariz (ARENA — RN)
 2º Secretário — Victorino Freire (ARENA — MA)
 3º Secretário — Aarão Steinboch (MDB — RJ)
 4º Secretário — Catieta Linheiro (ARENA — PA)
 1º Suplente — Guido Mondim (ARENA — RS)
 2º Suplente — Vasconcelos Torres (ARENA — RJ)
 3º Suplente — Lino de Mattos (MDB — SP)
 4º Suplente — Raul Guberti (ARENA — ES)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger (ARENA — RS)

DA ARENA

Líder — Flinto Müller (MT)

Vice-Líderes

Wilson Gonçalves (CE)

Petrônio Portela (PI)

Manoel Villara (RN)

Antônio Carlos SC)

DO MDB

Líder — Aurelio Vianna (GB)

Vice-Líderes

Arthur Virgílio (AM)

Adalberto Sena (ACRE)

COMISSÃO DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

ARENA**SUPLENTE**

TITULARES
 Arnón de Mello
 Domicio Gondim
 Paulo Torres
 João Cleofas
 Teotônio Vilela

José Leite
 José Guomard
 Adolpho Franco
 Leandro Maciel
 Aloysio de Carvalho

MDB

José Ermirio
 Mário Martins

Nogueira da Gama
 Josaphat Marinho

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras, a tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermirio

Vice-Presidente: João Cleofas

ARENA**SUPLENTE**

TITULARES
 José Feliciano
 Ney Braga
 João Cleofas
 Teotônio Vilela
 Milton Trindade

Atílio Fontana
 Leandro Maciel
 Benedicto Valladares
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco

MDB

Aurélio Vianna
 Mário Martins

José Ermirio

Argemiro de Figueiredo

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.

Reuniões: Terças-feiras, a tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO — ALALC.

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Aurélio Vianna

ARENA**SUPLENTE**

TITULARES
 Ney Braga
 Antônio Carlos
 Melo Braga
 Arnón de Mello
 Atílio Fontana

José Leite
 Eurico Rezende
 Benedicto Valladares
 Carvalho Pinto
 Flinto Müller

MDB

Pessoa de Queiroz
 Edmundo Levi

Aurélio Vianna
 Mário Martins

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.

Reuniões: Quinta-feira, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13 Membros

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho

ARENA**SUPLENTE**

TITULARES
 Milton Campos
 Antonio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petronio Portela
 Carlos Lindenberg
 Paulo Sarasate
 Clodomir Millet

Aurélio Vianna
 Lúcio da Silveira
 Benedicto Valladares
 Arnón de Mello
 João Leite
 Menezes Pimentel
 Adolfo Franco
 Flinto Müller
 Daniel Krieger

MDB

Antonio Balbino
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho
 Edmundo Levi

Argemiro de Figueiredo
 Nogueira da Gama
 Aurelio Vianna

Secretaria: Maria Helena Bueno Branco — Ramal 247.

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abranches

Vice-Presidente: Julio Leite

ARENA**SUPLENTE**

TITULARES
 José Feliciano
 Eurico Rezende
 Petronio Portela
 Atílio Fontana
 Julio Leite
 Clodomir Millet
 Manoel Villara
 Wilson Gonçalves

Benedicto Valladares
 Meio Braga
 Teotônio Vilela
 José Leite
 Mem de Sá
 Flinto Müller
 Fernando Corrêa
 Adolfo Franco

MDB

João Abranches
 Aurélio Vianna
 Adalberto Sena

Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Sebastião Archer

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Junior — Ramal 245.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Edmundo Levi

ARENA**SUPLENTE**

TITULARES
 Carvalho Pinto
 Carlos Lindenberg
 Julio Leite
 Teotônio Vilela
 Domicio Gondim
 Leandro Maciel
 Atílio Fontana
 Ney Braga

José Leite
 João Cleofas
 Duarte Filho
 Sigefredo Pacheco
 Flinto Müller
 Paulo Torres
 Adolpho Franco
 Antônio Carlos

MDB

Bezerra Neto
 Edmundo Levi
 Sebastião Archer

José Ermirio
 Josaphat Marinho
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Mem de Sá

ARENA**SUPLENTE**

TITULARES
 Menezes Pimentel
 Mem de Sá
 Avaro Maia
 Duarte Filho
 Aloysio de Carvalho

Benedicto Valladares
 Antônio Carlos
 Sigefredo Pacheco
 Teotônio Vilela
 Petronio Portela

MDB

Adalberto Sena
 Antônio Balbino

Ruy Carneiro
 Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO DE CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO

(11 Membros)
COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos
Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

TITULARES

Antônio Carlos
Moura Andrade
Paulo Sarasate
Milton Trindade
Alvaro Maia
José Feliciano
João Cleofas
Paulo Torres

SUPLENTE

José Guimara
Eurico Rezende
Filinto Müller
Fernando Corrêa
Lobão da Silveira
Menezes Pimentel
Patrônio Portela
Manoel Villaga

MDB

Arthur Virgílio
Ruy Carneiro
João Abrahão

Acaiberio Senna
Antônio Balbino
José Ermírio

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.
Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo
Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

TITULARES

Paulo Sarasate
João Cleofas
Mem de Sa
José Leite
Leandro Maciel
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Adolpho Franco
Sigeirêdo Pacheco
Carvalho Pinto
Fernando Cortes
Júlio Leite

SUPLENTE

Lobão da Silveira
José Guimara
Teotônio Villela
Carlos Lindenberg
Daniel Krieger
Filinto Müller
Celso Ramos
Milton Trindade
Antônio Carlos
Benedicto Valladares
Mello Braga
Paulo Torres

MDB

Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz
Arthur Virgílio
José Ermírio

Oscar Passos
Joaquim Marinho
João Abrahão
Aurélio Vianna
Nogueira da Gama

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Atílio Fontana
Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

TITULARES

Atílio Fontana
Adolpho Franco
Domicio Gondim
João Cleofas
Teotônio Villela

SUPLENTE

Júlio Leite
José Cândido
Arnon de Melo
Leandro Maciel
Mello Braga

MDB

Antônio Balbino
Nogueira da Gama

Ruy Carneiro
Bezerra Neto

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Patrônio Portela
Vice-Presidente: Mello Braga

ARENA

TITULARES

Patrônio Portela
Domicio Gondim
Atílio Fontana
Mello Braga
Júlio Leite

SUPLENTE

Celso Ramos
Milton Trindade
José Leite
Adolpho Franco
Duarte Filho

MDB

Arthur Virgílio
Joaquim Marinho

João Abrahão
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.
Reuniões: Terças-feiras às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Joaquim Marinho
Vice-Presidente: Domicio Gondim

ARENA

TITULARES

Domicio Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

José Feliciano
Mello Braga
José Guimara
Benedicto Valladares
Teotônio Villela

MDB

Joaquim Marinho
José Ermírio

Sebastião Archer
Oscar Passos

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.
Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE POLÍGONO DAS SACAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro
Vice-Presidente: Duarte Filho

ARENA

TITULARES

Clodomir Millet
Manoel Villaga
Arnon de Melo
Duarte Filho
Menezes Pimentel

SUPLENTE

Teotônio Villela
José Leite
Domicio Gondim
Paulo Sarasate
Leandro Maciel

MDB

Rui Carneiro
Argemiro de Figueiredo

Aurélio Vianna
Acaiberio Senna

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.
Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves
Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

ARENA

TITULARES

Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sa
Eurico Rezende
Paulo Sarasate
Carvalho Pinto

SUPLENTE

José Feliciano
João Cleofas
Adolpho Franco
Patrônio Portela
José Leite
Ney Braga
Milton Campos
Daniel Krieger

MDB

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
João Marinho

Antônio Balbino
Arthur Virgílio
Eduardo Levi

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior — Ramal 245.
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano
Vice-Presidente: Leandro Maciel

ARENA

TITULARES

José Feliciano
Leandro Maciel
Antônio Carlos
Lobão da Silveira

SUPLENTE

Filinto Müller
Mem de Sa
Duarte Filho
Clodomir Millet

MDB

Nogueira da Gama

Eduardo Levi

Secretária: Beatriz Brandão Guerra.
Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES

(15 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Benedicto Valladares
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz**ARENA****TITULARES**Benedicto Valladares
Filinto Müller
Aloysio de Carvalho
Antônio Carlos
Mem de Sá
Ney Braga
Milton Campos
Moura Andrade
Fernando Corrêa
Arnon de Mello
José Cândido**SUPLENTE**Wilson Gonçalves
José Guimard
Carlos Lindenberg
Adolpho Franco
Petrônio Portela
José Leite
Teotônio Villela
Mello Braga
José Feliciano
Clodomir Millet
Menezes Pimentel**MDB**Pessoa de Queiroz
Mário Martins
Aurélia Vianna
Oscar PassosBezerra Neto
João Abrahão
Josaphat Marinho
Antônio Balbino

Secretário: J. B. Castejon Branco.

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE SAÚDE

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Sigefredo Pacheco
Vice-Presidente: Manoel Villaga**ARENA****TITULARES**Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaga
Clodomir Millet**SUPLENTE**Júlio Leite
Milton Trindade
Ney Braga
José Cândido
Lobão da Silveira**MDB**Adalberto Senna
Sebastião ArcherNogueira da Gama
Ruy Carneiro

Secretário: Marcus Vinícius Goulart Gonzaga — Ramal 241.

Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Paulo Tórres
Vice-Presidente: Oscar Passos**ARENA****TITULARES**Paulo Tórres
José Guimard
Lobão da Silveira
Ney Braga
José Cândido**SUPLENTE**Filinto Müller
Atílio Fontana
Domicio Gondim
Manoel Villaga
Mello Braga**MDB**Oscar Passos
Mário MartinsArgemiro de Figueiredo
Sebastião Archer

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Eurico Rezende
Vice-Presidente: Arnon de Mello**ARENA****TITULARES**Eurico Rezende
Carlos Lindenberg
Arnon de Mello
Paulo Tórres
José Guimard**SUPLENTE**José Feliciano
Menezes Pimentel
Celso Ramos
Petrônio Portela
Leandro Maciel**MDB**Ruy Carneiro
João AbrahãoAdalberto Senna
Pessoa de Queiroz

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.

Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Leite
Vice-Presidente: Sebastião Archer**ARENA****TITULARES**José Leite
Celso Ramos
Arnon de Mello
Domicio Gondim
João Cleofas**SUPLENTE**Paulo Tórres
Atílio Fontana
Eurico Rezende
José Guimard
Carlos Lindenberg**MDB**Sebastião Archer
Pessoa de QueirozMário Martins
Ruy Carneiro

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Guimard
Vice-Presidente: Clodomir Millet**ARENA****TITULARES**José Guimard
Fernando Corrêa
Clodomir Millet
Alvaro Maia
Milton Trindade**SUPLENTE**Lobão da Silveira
José Feliciano
Filinto Müller
Sigefredo Pacheco
Manoel Villaga**MDB**Edmundo Levi
Oscar PassosAdalberto Senna
Arthur Virgílio

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: Quartas-feiras, às 15:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.